



Grupo Caixa Geral de Depósitos

# 2010

CGD PENSÕES S.G.F.P., S.A.

Relatório e Contas 2010

## ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS E AUDITORES.....	3
ESTRUTURA ACCIONISTA .....	3
ENQUADRAMENTO ECONÓMICO.....	4
MERCADO DE CAPITAIS.....	9
MERCADO IMOBILIÁRIO.....	14
MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES.....	16
ACTIVIDADE DA CGD PENSÕES.....	17
MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO.....	19
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS.....	22
RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE.....	48
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	65

---

## ÓRGÃOS SOCIAIS E AUDITORES

### Assembleia Geral

Presidente	Caixa Geral de Depósitos <i>representada pelo</i> Dr. Pedro Manuel de Oliveira Cardoso
Vice-Presidente	Dr. Hernâni da Costa Loureiro
Secretário	Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

### Conselho de Administração

Presidente	Dr. João Eduardo de Noronha Gamito Faria
Vice-Presidente	Dr. Henrique Pereira Melo
Administrador	Dr. António Francisco de Araújo Pontes
Administrador	Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
Administrador	Dr. António Manuel Gutierrez Caseiro

### Órgão de Fiscalização (Fiscal único)

Efectivo	Deloitte & Associados, SROC, SA, <i>representada pela</i> Dr.ª Maria Augusta Cardador Francisco
Suplente	Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

## ESTRUTURA ACCIONISTA

A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A., através da sua participada Caixa Gestão de Activos, SGPS, SA é detentora da totalidade do capital social da CGD PENSÕES – SGFP, S.A.

## RELATÓRIO DA GESTÃO

### ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

#### Internacional

A actividade económica mundial voltou a expandir-se em 2010, de forma mais saliente nos países emergentes, sobretudo no bloco asiático. O regresso do crescimento anual para valores positivos assentou nos estímulos proporcionados pelos principais bancos centrais, que mantiveram as taxas de juro historicamente baixas, em função da ausência de pressões inflacionistas, e na retoma do consumo privado em muitas economias.

#### INDICADORES ECONÓMICOS MUNDIAIS

Taxas de variação (em %)

	PIB		Inflação		Desemprego	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>União Europeia</b>	<b>-4,0</b>	<b>2,0</b>	<b>1,0 (a)</b>	<b>2,0 (a)</b>	<b>8,9 (a)</b>	<b>9,6 (a)</b>
Área do Euro	-4,1	1,7	0,3	1,6	9,4	10,1
Alemanha	-4,7	3,6	0,2	1,3	7,5	7,1
França	-2,5	1,6	0,1	1,6	9,4	9,8
Reino Unido	-4,9	1,7	2,1	3,1	7,5	7,9
Espanha	-3,7	-0,3	-0,2	1,5	18,0	19,9
Itália	-5,0	1,0	0,8	1,6	7,8	8,7
<b>EUA</b>	<b>-2,6</b>	<b>2,6</b>	<b>-0,3</b>	<b>1,4</b>	<b>9,3</b>	<b>9,7</b>
<b>Japão</b>	<b>-5,2</b>	<b>2,8</b>	<b>-1,4</b>	<b>-1,0</b>	<b>5,1</b>	<b>5,1</b>
<b>Rússia</b>	<b>-7,9</b>	<b>4,0</b>	<b>11,7</b>	<b>6,6</b>	<b>8,4</b>	<b>7,5</b>
<b>China</b>	<b>9,1</b>	<b>10,5</b>	<b>-0,7</b>	<b>3,5</b>	<b>4,3</b>	<b>4,1</b>
<b>Índia</b>	<b>5,7</b>	<b>9,7</b>	<b>10,9</b>	<b>13,2</b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>
<b>Brasil</b>	<b>-0,6</b>	<b>7,5</b>	<b>4,9</b>	<b>5,0</b>	<b>8,1</b>	<b>7,2</b>

FMI: World Economic Outlook - Outubro de 2010

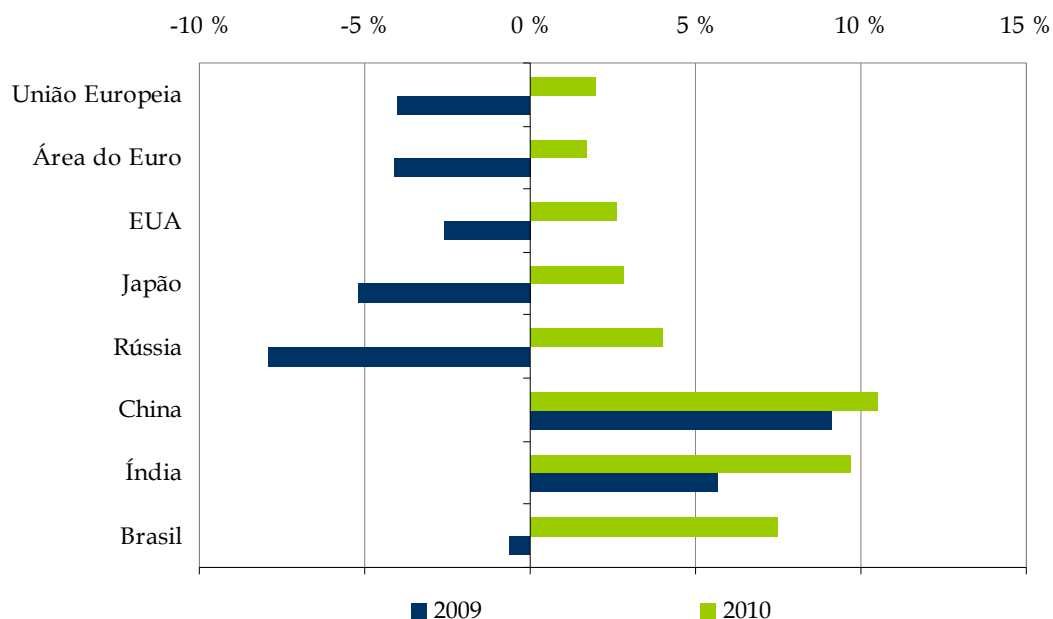
(a) CE: European Economic Forecast - Novembro de 2010

À semelhança do ano anterior, o bom desempenho dos indicadores económicos permitiu que as estimativas de crescimento para 2010, por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI), fossem sucessivamente revistas em alta. O seu World Economic Outlook, datado de Outubro de 2010, aponta para um crescimento da economia mundial de 4.8%. No relatório de Outubro de 2009 estimava um

crescimento de apenas 3.1%. O maior crescimento atingido revelou-se, contudo, insuficiente para reduzir o desemprego, o qual permaneceu elevado nas economias desenvolvidas, ao contrário do que sucedeu nas economias emergentes.

Contudo, é de salientar finalmente que em 2010, as autoridades norte-americanas voltaram a ter um papel decisivo para a retoma da economia mundial. A Reserva Federal manteve inalterada a taxa de referência no nível mais baixo de sempre, garantindo que esta assim permanecerá durante um extenso período de tempo, e reforçou o programa de compra de activos inicialmente delineado em Março de 2009. A Administração Obama, por seu turno, anunciou durante 2010 a implementação de diversos pacotes de estímulo económico, desde ajudas à compra de habitação, na Primavera, à extensão, no final do ano, dos cortes de impostos implementados pela Administração anterior, num acordo estabelecido com o Congresso que também permitiu a redução da carga fiscal sobre o trabalho.

### Produto Interno Bruto (variação anual)



O bloco asiático mostrou novamente um comportamento muito positivo. O crescimento da economia japonesa voltou a território de expansão em 2010, impulsionada pelo consumo privado, apesar do ligeiro aumento do desemprego, resultado das medidas de estímulo levadas a cabo quer pelo banco central, quer pelo governo. Ainda relativamente à Ásia, os indicadores económicos da China permaneceram robustos, sobretudo ao nível da actividade doméstica, beneficiando de estímulos e medidas de política monetária, e da manutenção do crescimento da concessão de crédito a ritmo elevado.

Destaca-se ainda para o desempenho da actividade económica brasileira, cujo crescimento do produto acelerou fortemente em 2010, apesar da moderação registada no segundo semestre. Após a contracção

de -0.6% do PIB em 2009, em Outubro o FMI estima para 2010 um crescimento de 7.5%, o nível mais forte desde 1986.

Ao contrário do que sucedeu nas economias desenvolvidas, onde as taxas de juro directoras dos bancos centrais permaneceram inalteradas, em muitas economias emergentes foram decretados agravamentos das mesmas, função sobretudo da aceleração da inflação.

## União Europeia

Apesar da elevada instabilidade financeira vivida em 2010 na Área Euro, o crescimento económico registado surpreendeu pela positiva. De acordo com o FMI, o crescimento em 2010 terá ascendido a 1.7%, o nível mais forte em três anos.

Esta expansão assentou primordialmente no desempenho da procura doméstica. A Alemanha destacou-se pela positiva, com um crescimento de 3.6%, o ritmo mais forte desde a reunificação. Pela negativa, sublinhe-se o desempenho das economias periféricas, as quais, à excepção de Portugal, terão registado de novo crescimentos anuais negativos.

### INDICADORES ECONÓMICOS DA UNIÃO EUROPEIA E ÁREA DO EURO

	Taxas de variação (em %)	
	2009	2010
<b>Produto Interno Bruto (PIB)</b>	<b>-4,2</b>	<b>1,8</b>
Consumo privado	-1,7	0,7
Consumo público	2,0	1,2
FBCF	-12,1	-0,6
Procura Interna	n.d.	n.d.
Exportações	-12,5	10,2
Importações	-12,4	8,9
<b>Taxa de Inflação média (IHPC)</b>	<b>0,3</b>	<b>1,6</b>
Taxa de desemprego	9,5	10,0
Saldo do Sector Público Adm. (em % do PIB)	-6,8	-6,8

CE: European Economic Forecast - Novembro de 2010

Os efeitos da recuperação económica não se fizeram ainda sentir ao nível do mercado de trabalho. A taxa de desemprego aumentou de 9.5% em 2009 para 10% em 2010, o nível mais elevado desde 1998. Também neste aspecto, a Alemanha se destacou pela positiva, já que terminou o ano com a taxa de desemprego no nível mais baixo desde a reunificação.

O nível de inflação na Área Euro, medido pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), registou em 2010 uma taxa de variação média de 1,6%, acima dos 0,3% de 2009. Este comportamento esteve associado maioritariamente ao aumento dos preços dos bens energéticos.

A não normalização das condições financeiras na Área Euro levou o Banco Central Europeu (BCE) a manter uma postura activa no domínio das medidas de política monetária não convencional, embora mantendo inalterada a taxa directora do euro durante todo o ano de 2010. Dada a não total regularização do funcionamento do mercado monetário da região, em parte patente na dificuldade de um conjunto de instituições assegurarem financiamento nos mercados de capitais, o BCE prolongou as condições mais favoráveis nos leilões de cedência de liquidez, embora eliminando os de maior prazo. Por outro lado, e numa decisão inédita, o BCE anunciou, na sequência do agudizar da crise da dívida soberana, a aquisição de dívida pública no mercado secundário, como forma de assegurar uma adequada transmissão da política monetária.

Contudo, é de salientar que o ano de 2010 ficou marcado pelo agravamento das tensões no mercado de dívida pública, nomeadamente dos países periféricos da Área Euro. O prémio pago por estes países para se financiarem aumentou significativamente e obrigou ao reforço das medidas de austeridade. Estas variaram entre Estados Membros, mas foi comum o esforço no sentido de uma consolidação mais célere das respectivas finanças públicas, quer através da contenção de despesas, quer de iniciativas visando o reforço de receitas.

## Portugal

Em Portugal, a actividade económica em 2010 surpreendeu pela positiva com uma expansão de cerca de 1,4%. Este desempenho resultou do contributo positivo das exportações líquidas, do consumo privado e do consumo público, apesar da forte queda do investimento.

Em termos de comércio externo, sublinhe-se o papel das exportações que, com um crescimento de 9,0%, permitiram superar o efeito negativo resultante do aumento das importações, de apenas 5,0%. Este comportamento esteve associado ao assinalável aumento da procura externa resultante da retoma da economia mundial, tendo-se observado um aumento das novas encomendas provindas do exterior.

Quer o consumo privado, com um crescimento de 1,8%, quer o consumo público, que cresceu 3,2%, contribuíram para o bom desempenho económico, principalmente na primeira metade do ano. Os desafios de redução do défice orçamental e a consequente aprovação de medidas de austeridade induziram um decréscimo do contributo destas componentes para o crescimento durante o terceiro trimestre, tendo se observado um agravamento da confiança dos consumidores ao longo do segundo semestre.

Por outro lado, verificou-se uma redução de 5% da Formação Bruta de Capital Fixo, em parte consequência do nível de actividade económica e das perspectivas para a procura interna, bem como do decréscimo do investimento público. A contracção foi mais notória ao nível do investimento em equipamento e em construção.

### INDICADORES DA ECONOMIA PORTUGUESA

	(em %)		
	2008	2009	2010*
<b>PIB (Taxas de variação real)</b>	<b>0,0</b>	<b>-2,5</b>	<b>1,4</b>
Consumo privado	1,8	-1,0	1,8
Consumo público	1,1	3,4	3,2
FBCF	-1,8	-11,6	-5,0
Procura Interna	1,2	-2,9	0,5
Exportações	-0,2	-11,4	9,0
Importações	2,9	-10,5	5,0
<b>Taxa de Inflação (IHPC)</b>	<b>2,7</b>	<b>-0,9</b>	<b>1,4</b>
<b>Rácios**</b>			
Taxa de desemprego	7,8	9,5	10,9
Défice do SPA (em % do PIB)	-2,7	-9,3	-7,3
Dívida Pública (em % do PIB)	65,3	76,1	82,1

(\*) Boletim Económico do Banco de Portugal - Inverno 2010

(\*\*) OE: Orçamento de Estado para 2011 - Outubro de 2010

Quanto à inflação, o IHPC português registou, em 2010, uma taxa de variação média de 1.4%, consequência, sobretudo, do aumento do preço dos bens energéticos e do acréscimo de diversos impostos indirectos, designadamente, o IVA, o ISP e o Imposto sobre o Consumo do Tabaco, ficando contudo 0.2 pontos percentuais abaixo do da Área Euro.

A taxa de desemprego em 2010 permaneceu elevada, tendo inclusive aumentado face ao ano anterior. A taxa de desemprego cifrou-se em 10.9%, sendo a população desempregada de 556 mil indivíduos, o que representa um aumento de 8,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O sistema financeiro português continuou a demonstrar resiliência, tendo a sua actividade crescido, apesar das condições adversas ditadas pela crise da dívida soberana. Os efeitos desta sobre o financiamento do sector nos mercados internacionais levaram a um reforço na atracção de recursos de clientes, tendo os Depósitos Totais tido um acréscimo de 7.9%. O Crédito Interno Total, por seu turno, registou um aumento de 8.2%.

## MERCADO DE CAPITAIS

### Mercado Obrigacionista

No mercado obrigacionista, em 2010, o tema central foi o alargamento dos *spreads* da dívida soberana dos países europeus periféricos, cuja acentuada deterioração afectou negativamente as obrigações de empresas, que sofreram também um aumento significativo dos *spreads*, em particular no sector financeiro.

Os anúncios de planos de auxílio financeiro por parte das autoridades europeias, com o intuito de repor a normalidade nos mercados de dívida pública produziram sempre efeitos de curta duração, tendo-se revelado insuficientes para conter o contágio a outros países e activos. Por outro lado, a divulgação, em meados do ano, por parte do Comité dos Supervisores Bancários Europeus (CEBS), dos resultados dos testes de resistência efectuados a uma selecção de 91 bancos europeus contribuiu para um estreitamento dos *spreads* no mercado de dívida privada nos meses subsequentes, após o que a nova deterioração observada nos *spreads* da dívida soberana dos países periféricos voltou a ter reflexos negativos sobre as *yields* das empresas. As obrigações de governo dos principais referenciais do mercado de dívida pública, EUA e Alemanha, desceram no ano de 2010, quer as de curto prazo, quer as de longo prazo. Para isso, beneficiaram da manutenção das taxas dos bancos centrais num nível baixo, e da expectativa de que permaneceriam assim durante um período prolongado de tempo, assim como das decisões de política monetária não convencional tomadas pelos respectivos bancos centrais.

Nos EUA, a Reserva Federal anunciou novos estímulos monetários, entre os quais um programa de compra de obrigações do Tesouro em mercado, enquanto na Área Euro o Banco Central Europeu (BCE) procedeu à aquisição de dívida pública no mercado secundário, tendo também prolongado sucessivamente a realização de leilões de cedência de liquidez com satisfação integral da procura, embora eliminando os de prazo mais alargado.

Se estes factores foram determinantes para o comportamento das taxas de rendibilidade das maturidades curtas, já nas maturidades mais longas, as respectivas taxas beneficiaram também da ausência de pressões inflacionistas, a par da incerteza quanto ao grau da retoma económica. No caso particular das taxas alemãs a 10 anos, o seu desempenho foi, além disso, influenciado pelo efeito refúgio provocado pelo aumento da aversão ao risco que teve origem na crise da dívida soberana dos países periféricos da Europa, tendo as mesmas atingido um mínimo histórico no final do terceiro trimestre.

A melhoria dos indicadores económicos, a par de alguma aceleração da inflação, e o impacto que as novas medidas do FED tiveram em termos de subida das expectativas de inflação, despoletaram, no

último trimestre do ano, um aumento das taxas de rendibilidade das obrigações de governo norte-americanas em todas as maturidades.

No cômputo do ano, e ao contrário do que sucedeu no ano anterior, assistiu-se a um desempenho muito similar entre as maturidades curtas e longas da curva de rendimentos em termos de variação. Nos EUA, as taxas a 2 e a 10 anos registaram uma descida similar de 54 p.b., enquanto na Alemanha a queda de 47 p.b. nos 2 anos ficou próxima da descida de 42 p.b. nos 10 anos.

#### Taxas de Juro das Obrigações a 10 anos

	2009	2010
EUA	3.84%	3.30%
Reino Unido	4.02%	3.40%
Japão	1.30%	1.13%
Alemanha	3.39%	2.97%
França	3.59%	3.36%
Espanha	3.98%	5.45%
Portugal	4.07%	6.60%
Irlanda	4.84%	9.06%
Grécia	5.77%	12.47%

*Valores no final do ano.*

As obrigações da dívida pública portuguesa, à semelhança do que aconteceu noutros países da periferia da Área Euro, divergiram da evolução das taxas alemãs. Embora numa primeira fase não se tenha assistido a qualquer alargamento dos *spreads* entre as taxas de rendibilidade daqueles países e as alemãs, a partir de Abril, altura em que se assistiu a um incremento das inquietações relativas aos problemas orçamentais de vários países da periferia, estes *spreads* alargaram significativamente.

Tal foi motivado pelo movimento simultâneo de aumento das taxas na periferia, que atingiram níveis máximos, e de descida das taxas germânicas, em consequência dos investidores procurarem proteger-se adquirindo activos com menor risco. Apesar dos planos de ajuda financeira à Grécia, em Abril, e à Irlanda, em Novembro, e para os passos que foram dados para a criação de um mecanismo de ajuda permanente no seio da Área Euro, as taxas mantiveram até final do ano uma tendência de subida, tendo no caso português encerrado acima dos 6,60%.

Esta conjuntura adversa teve reflexos no mercado de dívida privada, não só através de um alargamento dos *spreads* observados nos mercados primário e secundário, como também nas dificuldades de acesso ao mercado por parte de empresas sedeadas nos países mais afectados pela crise da dívida soberana.

O sector financeiro foi o mais penalizado, registando um alargamento de *spreads* mais pronunciado do que as empresas não financeiras, também este, em parte, penalizado pela situação das finanças públicas na Europa. O seu pior desempenho ficou a dever-se, em primeira instância ao seu grau de sensibilidade ao crescimento económico, previsivelmente afectado pelas medidas de contenção orçamental. No entanto, factores específicos contribuíram também para o sucedido, entre os quais as alterações ao nível da regulação dos bancos e, numa fase posterior, a possibilidade levantada pelas autoridades europeias de, futuramente, os detentores de dívida sénior poderem incorrer em perdas em caso de potencial insolvência. Acresceu ainda, e comparativamente com o sector não financeiro, as relativas maiores necessidades de refinanciamento.

### Mercado Accionista

O mercado accionista manteve nos primeiros meses de 2010 a tendência de subida observada durante grande parte de 2009 após o que encetou uma inversão durante o segundo trimestre do ano, consequência do agravamento da situação da dívida soberana na Área Euro, e dos receios de que a economia norte-americana pudesse cair de novo em recessão.

### Principais Índices Bolsistas

	2009		2010	
	Índice	Variação (%)	Índice	Variação (%)
Dow Jones (Nova Iorque)	10428	+19%	11577	+11%
Nasdaq (Nova Iorque)	2269	+44%	2652	+17%
FTSE (Londres)	5413	+22%	5900	+9%
NIKKEI (Tóquio)	10546	+19%	10229	-3%
CAC (Paris)	3936	+22%	3805	-3%
DAX (Frankfurt)	5957	+24%	6914	+16%
IBEX (Madrid)	11940	+30%	9859	-17%
PSI-20 (Lisboa)	8464	+33%	7588	-10%

O reforço de medidas expansionistas de política monetária por parte da Reserva Federal norte-americana, a par da melhoria da conjuntura macroeconómica, levou a que o mercado voltasse a encetar a tendência de subida no segundo semestre. As surpresas positivas a que se foi assistindo em termos do crescimento dos lucros e as valorizações atractivas das empresas, permitiram encerrar o ano com ganhos.

No entanto, observaram-se desempenhos regionais díspares. Embora alguns dos principais índices tenham inclusivamente recuperado para níveis acima dos observados aquando da falência do banco Lehman Brothers, outros assistiram a retornos negativos, casos, por exemplo, dos países periféricos europeus, ou de alguns mercados emergentes onde se observaram aumentos das taxas directoras.

As subidas ascenderam a 11.0% e 8.6% no caso do Dow Jones norte-americano e do EuroStoxx600. Pela negativa evidenciou-se o ASE da Grécia com uma queda de 35%, seguido pelo IBEX de Espanha e do PSI20 em Portugal, com descidas de 17.4% e 10.3%, respectivamente. Na Ásia, o Nikkei japonês registou uma perda de 3.0%.

Em 2010, o desempenho dos mercados accionistas emergentes não foi tão pronunciado quando comparado com o comportamento das praças accionistas dos mercados desenvolvidos. Embora o índice da Morgan Stanley para os mercados emergentes tenha subido 16.4%, assistiu-se a uma grande dispersão de comportamento, já que enquanto na China o índice Shanghai retrocedeu 14.3%, no Brasil o Bovespa subiu apenas 1%, enquanto na Índia o Sensex subiu 17.4%, um pouco abaixo dos 22.5% do índice russo.

## Perspectivas

O forte desempenho da economia alemã, assim como a trajectória ascendente evidenciada pelo conjunto de dados divulgados nos E.U.A., geraram revisões em alta de crescimento aumentando a confiança dos investidores na sustentabilidade da expansão do ciclo económico em 2011.

No que respeita à actuação dos Bancos Centrais, a Reserva Federal Americana deverá manter o programa de compra de obrigações do Tesouro, até final de Junho de 2011, e as taxas directoras deverão ser mantidas em níveis mínimos históricos, tendo em conta o duplo objectivo de recuperação do mercado de trabalho e de controlo da inflação. Por sua vez, o Banco Central Europeu deverá continuar com medidas de cedência de liquidez extraordinárias, em função das necessidades de fundos por parte dos bancos comerciais, podendo-se verificar, no entanto, uma ocorrência de subidas de taxas directoras, dado o forte nível de crescimento real das principais economias europeias e a possível trajectória da inflação acima do pilar de 2% definido pelo banco central.

No actual ambiente macroeconómico, os mercados de obrigações do tesouro deverão registar comportamentos distintos. As *yields* americanas poderão registar uma trajectória gradual de subida, em função da melhoria dos indicadores económicos fundamentais e do possível aumento de prémio de risco de inflação. O perfil de evolução das taxas alemãs deverá ser semelhante ao do mercado americano, embora condicionado pelo comportamento dos prémios de risco das obrigações de dívida pública europeias. Os mercados europeus periféricos deverão continuar a evidenciar uma dinâmica intrínseca de volatilidade, especialmente na 1ª metade de 2011, associada ao elevado risco de

refinanciamento dos sectores público e financeiro, e às incertezas relativamente ao mecanismo de ajuda permanente a países europeus em crise, que deverá ser anunciado da reunião de chefes de Estado europeus, a ocorrer em Março. No entanto, o potencial de alargamento substancial de *spreads* a partir dos níveis actuais deverá ser limitado, tendo em consideração a mensagem de preservação da moeda única e integridade da Zona Euro, difundida pelas instituições supranacionais europeias.

Em termos de obrigações de risco de crédito, o sector de empresas deverá continuar a beneficiar de factores como o ambiente de crescimento económico positivo, a tendência de evolução favorável dos lucros, os menores níveis de endividamento e a elevada liquidez em balanços. Por outro lado, embora não sendo esperado um forte estreitamento dos *spreads* a partir dos níveis actuais, a classe deverá continuar a ser beneficiada pela rendibilidade potencial atractiva que ainda oferece face às obrigações de risco do tesouro de referência. No que respeita ao segmento das obrigações financeiras, o respectivo potencial deverá ser menor, dada a exposição mais directa ao risco de países europeus periféricos, os maiores níveis de refinanciamento esperados para a primeira metade do ano e, em termos de regulamentação, a possibilidade de reestruturação de dívida financeira sénior. Tais factores deverão gerar uma manutenção de prémio de risco adicional relativamente a empresas não financeiras.

No que respeita aos mercados accionistas, a actual conjuntura de menor incerteza quanto à sustentabilidade do crescimento nas principais economias desenvolvidas e quanto à manutenção de políticas monetárias expansionistas, deverão gerar um potencial de rendibilidade positiva para a classe. Assim como o crescimento económico constitui um factor de suporte para a evolução positiva das receitas, os níveis ainda baixos de utilização de recursos (trabalho e capital) gera condições para a continuação de expansão de margens, e conseqüentemente, para o crescimento dos resultados.

Em 2011, a persistência de factores favoráveis como: a recuperação económica mundial, a diminuição do risco cíclico quanto à incerteza económica e os prémios atractivos das classes de risco, deverão sobrepor-se a questões negativas mais localizadas e de menor risco sistémico, como a conjuntura débil de finanças públicas de alguns países desenvolvidos e o espectro de subida da inflação em determinadas economias emergentes. Conseqüentemente, os mercados de acções e de obrigações de risco de crédito, constituem-se como classes de activos atractivas em 2011, numa óptica de rendibilidade e de risco potenciais, comparativamente com as classes de activos mais defensivas como as obrigações do tesouro e os mercados monetários.

## MERCADO IMOBILIÁRIO

### Internacional

As recuperações económicas são caracterizadas por períodos de volatilidade e esta recuperação não tem sido excepção. O regresso ao crescimento económico continua em curso, apesar de algumas contrariedades económicas terem criado riscos para a recuperação, a tendência geral continua em alta.

O imobiliário comercial, que tende a retardar face ao resto da economia, manteve-se com pouca actividade mas em crescimento, similar ao cenário económico. O ambiente de baixas taxas de curto e longo prazo, estimulou muitos investidores a recorrerem ao investimento no sector imobiliário que no ano de 2010, apresentou rendibilidades mais elevadas que os mercados de taxa de juro.

A aversão ao risco sentida pelos investidores levou a que o investimento se centrasse em imóveis *prime*, com rendimentos estáveis e seguros, localizados principalmente nas maiores cidades como Hong Kong, Londres, Nova Iorque e Paris. Inicialmente, as transacções ocorreram em regiões da Ásia e do Reino Unido e no final de 2010 em determinadas zonas da Europa Continental e dos Estados Unidos. A procura por retornos estáveis, traduzidos pelas rendas dos imóveis, trouxe uma maior segurança aos mercados de imobiliário ajudando assim, à recuperação dos preços.

Na Europa houve diferenças entre as várias cidades, Paris e Londres mostraram sinais de compressão das *yields* enquanto noutras cidades este movimento se manteve mais lento.

Nos Estados Unidos, as transacções ocorreram de uma forma mais lenta fazendo com que as *yields* nalgumas regiões ainda revelassem movimentos de alargamento.

O bom ambiente económico asiático traduziu-se num melhoramento do arrendamento imobiliário nos principais sectores. O sector de escritórios esteve muito activo na procura de novos arrendamentos, levando assim as rendas *prime* a aumentarem em vários mercados, tais como, Hong Kong, Singapura e Sidney.

O sentimento geral continua a ser uma longa e lenta recuperação, embora algumas regiões, como a Ásia Pacífico, poderão ficar acima do esperado. O imobiliário tem ainda alguns obstáculos a enfrentar num futuro próximo – taxa de desemprego acima da média, volatilidade dos mercados financeiros, consumo e incerteza na actividade comercial – que continuam a desafiar o caminho para a recuperação. A procura por imobiliário continua a depender do crescimento da actividade económica.

## Nacional

Em Portugal, os ténues sinais de recuperação que o sector imobiliário apresentava no início de 2010, desvaneceram-se a partir de Março, na sequência da crise de confiança internacional em torno da sustentabilidade da dívida soberana.

Este cenário reflectiu-se num agudizar das condições globais do mercado imobiliário contribuindo para uma diminuição da Procura. A escassez de financiamento desempenhou um papel fundamental no decréscimo do desenvolvimento de projectos de promoção imobiliária, em particular os de habitação, turismo e lazer.

No que concerne ao mercado da habitação - permanente ou segunda habitação - manteve-se, de um modo geral, a tendência de estagnação manifestada nos últimos anos em consequência do abrandamento da procura, para o qual tem contribuído a subida das taxas de juro e as restrições de acesso ao crédito.

O mercado de arrendamento de escritórios registou uma *performance* pouco positiva, que se traduziu num volume de negócios similar ao de 2009. Por parte das empresas arrendatárias verificou-se em 2010 uma estratégia generalizada no sentido de diminuir os seus encargos globais, pelo que se manteve a tendência para renegociação de rendas e custos de funcionamento associados, bem como para a procura de localizações secundárias com rendas inferiores. Em consequência, a renda prime atingiu o valor mais baixo dos últimos 10 anos: 18 €/m<sup>2</sup>/mês.

Para o mercado industrial e logístico, o ano de 2010 foi de estagnação. A procura atingiu um dos níveis mais baixos dos últimos anos, tendo-se verificado um volume de operações extremamente reduzido.

A actividade de investimento, por seu lado, teve um início de 2010 relativamente animador, contudo, a desconfiança face à Europa do Sul teve um efeito quase imediato, contribuindo para que os investidores estrangeiros - principais intervenientes neste mercado - retomassem a atitude de cautela que os tinha caracterizado no decorrer de 2009. Mas nem tudo foram más notícias: apesar dos preços estarem a descer, os *yields* têm subido e os prazos de contrato, em especial nas operações de *sale&leaseback*, estão a aumentar.

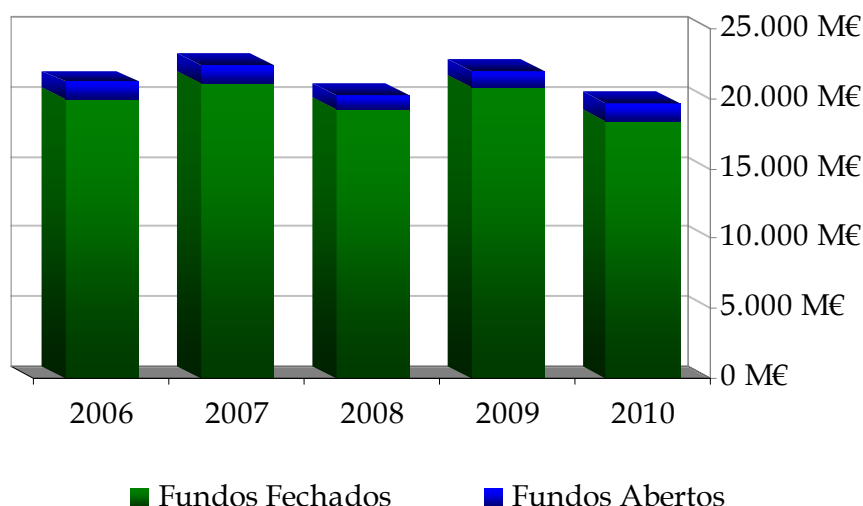
## MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES

Em 31 de Dezembro de 2010 o valor sob gestão de fundos de pensões ascendia a 19 642 milhões de euros (M€), o que traduz um decréscimo de 10,4% face ao final de 2009.

O comportamento dos fundos de pensões foi fortemente influenciado pela transferência para a Caixa Geral de Aposentações dos patrimónios do Fundo de Pensões do Pessoal da Portugal Telecom e do Fundo de Pensões da Companhia Portuguesa Rádio Marconi. Refira-se que, expurgado o efeito destas transferências, o montante dos fundos de pensões sob gestão apresentaria uma redução de apenas 2%.

Os Fundos Fechados registaram uma descida de 11,4%, para 18 439 M€, continuando a dominar este mercado com uma quota de 94% do total de fundos de pensões. O montante dos Fundos de Pensões Abertos (incluindo PPR e PPA) aumentou 8% para 1203 M€.

### MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES PORTUGUÊS



Durante o ano de 2010, constituíram-se 2 fundos de pensões fechados e 7 fundos de pensões abertos que não PPR ou PPA. Naquele período assistiu-se à liquidação de um fundo PPR e à extinção de 7 fundos fechados, 2 ao abrigo do Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de Dezembro, e 5 por transferência para outros fundos fechados e adesões colectivas já existentes.

No final de 2010, o mercado estava representado por 237 fundos, 162 dos quais fechados, geridos por 13 empresas de seguros e por 12 sociedades gestoras de fundos de pensões.

No final de 2010, as cinco maiores sociedades gestoras portuguesas concentravam 81% do mercado de Fundos de Pensões, tendo a quota de mercado da CGD Pensões aumentado de 9,6% para 11,1%, mantendo o quarto lugar no ranking do mercado.

## ACTIVIDADE DA CGD PENSÕES

### EVOLUÇÃO COMERCIAL

A CGD Pensões terminou o ano de 2010 tendo sob gestão quinze fundos de pensões fechados e quatro fundos de pensões abertos. O valor patrimonial dos fundos geridos ascendia a 2.183 M€, representando um aumento de 4 % face aos 2.100 M€ geridos no final de 2009.

Nos fundos fechados regista-se a extinção do Fundo de Pensões do Caixa Banco de Investimento, tendo as suas responsabilidades sido transferidas para uma adesão colectiva ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente.

Devido à conjuntura de crise que marcou a economia mundial durante o ano, os reembolsos de unidades de participação dos fundos de pensões abertos, realizados na sua larga maioria por participantes com direito a pensão de reforma, ascenderam a 9.901.959 €, tendo-se igualmente verificado transferências de 1.570.436 € dos fundos de pensões abertos Caixa Reforma Activa e Caixa Reforma Valor para o fundo Caixa Reforma Prudente. Não obstante, durante o ano, registaram-se 1.821 novas adesões individuais e 11 novas adesões colectivas aos fundos de pensões abertos, num total de novas subscrições no valor de 12.614.448 €.

Para alcançar os objectivos a que se propõe no início de cada ano, a Sociedade continuou a contar com a colaboração imprescindível tanto da rede comercial do Grupo, como da área comercial da Caixa Gestão de Activos.

### EVOLUÇÃO FINANCEIRA

Ao longo de 2010 a CGD Pensões manteve o crescimento da sua actividade decorrente, por um lado, do aumento do volume de fundos sob gestão e, por outro, da angariação de novos clientes ao nível dos fundos de pensões abertos. Este crescimento, à data de 31 de Dezembro de 2010, reflectiu-se no aumento de 4,6%, face ao período homólogo do ano anterior, nas comissões por Prestações de Serviços que registaram um valor de 3.195.745,51 euros. Quanto aos Fornecimentos e Serviços Externos e aos Gastos com Pessoal registaram, respectivamente, reduções de 4,9% e 7,5% face ao período homólogo do ano anterior, ascendendo, respectivamente, a 1.576.452,30 euros e a 301.621,13 euros. Assim o Resultado Líquido do Exercício de 2010 cresceu 38,2% face ao de 2009, ascendendo o seu valor a 1.017.169,20€.

**SOCIEDADE GESTORA**

(Milhares de

Euros)

	2009	2010	Varição homóloga
Activo líquido	6 544	5 640	- 14%
Capitais próprios	5 868	4 827	- 18%
Distribuição de Dividendos e Reservas	845	2 332	+176%
Resultado líquido	736	1 017	+ 38%
Capital social	3 000	3 000	
% GRUPO CGD	100%	100%	

Os Capitais Próprios registaram um decréscimo devido à distribuição de dividendos e reservas no âmbito de uma nova orientação do grupo CGD em matéria de capitalização das sociedades instrumentais.

## MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO

A CGD Pensões considera fundamental que os Fundos que administra possuam um sistema de controlo interno e de gestão de riscos adequado e eficaz que assegure:

- o efectivo cumprimento das obrigações legais e dos deveres a que se encontra sujeita;
- um desempenho eficiente e rentável da actividade através de uma utilização eficaz dos activos e recursos e que assegure a estabilidade financeira da instituição;
- que a gestão dos activos é efectuada de forma diligente, sã e prudente tendo sempre como base os interesses dos clientes institucionais e particulares.

Neste sentido, a CGD Pensões tem vindo a fomentar uma cultura e um ambiente de controlo através da Direcção de Supervisão e Controlo da Caixa Gestão de Activos, nomeadamente, através da implementação do projecto de Risco Operacional e Controlo Interno (ROCI) e do Plano de Continuidade de Negócio (PCN):

- No projecto ROCI continuaram a desenvolver-se os mecanismos de controlo interno e de gestão de risco operacional já existentes na sociedade tendo-se procedido a uma avaliação dos processos de gestão de risco e controlo interno já implementados, nomeadamente através de uma execução de testes aos controlos existentes;
- No projecto PCN terminou-se a implementação do plano de continuidade operacional e de recuperação tecnológica.

No âmbito da implementação da Norma 8/2009-R do ISP “Mecanismos de Governação no Âmbito dos Fundos de Pensões – Gestão de Riscos e Controlo Interno”, a CGD Pensões encontra-se, em colaboração com duas Direcções da Caixa Geral de Depósitos, a definir os processos e procedimentos conducentes à função de Auditoria Interna e à função de Gestão de Riscos.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Resultado Líquido do Exercício de 2010 da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., foi de 1.017.169,20 Euros (um milhão, dezassete mil, cento e sessenta e nove e vinte cêntimos), para o qual o Conselho de Administração, nos termos dos artigos 12.º e 26.º dos Estatutos da Sociedade e observando o estabelecido no art. 97.º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de Janeiro e no art.º 42.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de Abril, propõe a seguinte aplicação:

- 101.716,92 €, para reforço da Reserva Legal;
- 915.452,28 €, seja submetido à Assembleia Geral para que a mesma delibere sobre a sua aplicação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o seu relatório, o Conselho de Administração considera ser seu dever exprimir o reconhecimento às seguintes entidades, pela contribuição que prestaram à actividade da Sociedade no decorrer do ano de 2010:

- Às entidades de supervisão, pela disponibilidade manifestadas em todos os contactos havidos;
- Aos órgãos de fiscalização - Fiscal Único da Sociedade Gestora e Revisor Oficial de Contas dos Fundos e aos membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo acompanhamento e colaboração prestados;
- Aos intermediários dos vários mercados, pelo bom relacionamento mantido;
- À rede de distribuição da Caixa Geral de Depósitos, pelo apoio dado à comercialização;
- A todos os clientes dos Fundos e carteiras geridos pela Sociedade pela confiança manifestada;
- Aos colaboradores da empresa, pela grande dedicação e espírito de serviço que foram factores decisivos para os bons resultados alcançados.

Lisboa, 21 de Janeiro de 2011

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---

João Eduardo de Noronha Gamito de Faria  
*Presidente*

---

Henrique Pereira Melo  
*Vice-Presidente*

---

António Francisco de Araújo Pontes  
*Administrador*

---

Luís Miguel Saraiva Lopes Martins  
*Administrador*

---

Dr. António Manuel Gutierres Caseiro  
*Administrador*

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
COM NOTAS EXPLICATIVAS**

## BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	31-12-2010	31-12-2009 (pró-forma)
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Activos fixos tangíveis	5	7.566	19.651
Activos intangíveis	6	65.951	53.083
Outros activos financeiros	7	2.619.157	2.613.952
Total do activo não corrente		<u>2.692.674</u>	<u>2.686.686</u>
<b>ACTIVO CORRENTE:</b>			
Clientes	9	112.699	72.734
Outras contas a receber	10	828.016	1.066.057
Diferimentos	11	287	15.243
Outros activos financeiros	7	1.649.027	2.773.717
Caixa e depósitos bancários	4	356.943	222.623
Total do activo corrente		<u>2.946.972</u>	<u>4.150.374</u>
<b>Total do activo</b>		<u><u>5.639.646</u></u>	<u><u>6.837.060</u></u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital realizado	12	3.000.000	3.000.000
Reservas legais	12	536.745	463.163
Outras reservas	12	-	1.669.562
Resultados transitados	12	273.081	229.230
Resultado líquido do exercício		1.017.170	779.672
<b>Total do capital próprio</b>		<u>4.826.996</u>	<u>6.141.627</u>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Passivos por impostos diferidos	8	16.293	20.366
Total do passivo não corrente		<u>16.293</u>	<u>20.366</u>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	13	158.543	86.214
Estado e outros entes públicos	8	137.404	17.635
Outras contas a pagar	14	500.410	571.218
Total do passivo corrente		<u>796.357</u>	<u>675.067</u>
<b>Total do passivo</b>		<u>812.650</u>	<u>695.433</u>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<u><u>5.639.646</u></u>	<u><u>6.837.060</u></u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**  
(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2010	2009 (pró-forma)
Serviços prestados	15	3.195.875	3.055.300
Fornecimentos e serviços externos	16	(1.567.567)	(1.651.102)
Gastos com o pessoal	17	(309.552)	(333.920)
Provisões (aumentos) / reduções		-	27.740
Aumentos / (reduções) de justo valor	7	22.631	(98.956)
Outros rendimentos e ganhos	18	11.023	3.143
Outros gastos e perdas	19	(23.895)	(42.435)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1.328.515</b>	<b>959.770</b>
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(20.908)	(18.962)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1.307.607</b>	<b>940.808</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	20	76.302	108.259
Juros e gastos similares suportados	21	(19)	(411)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>1.383.890</b>	<b>1.048.656</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	8	(366.720)	(268.984)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>1.017.170</b>	<b>779.672</b>
<b>Resultado por ação</b>	24	<b>1,70</b>	<b>1,30</b>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**  
(Montantes expressos em Euros)

	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
<b>Saldos em 1-1-2009 conforme POC</b>	3.000.000	360.654	1.446.978	144.884	1.025.094	5.977.610
Primeira adoção do novo referencial contabilístico (Nota 2)	-	-	-	229.230	-	229.230
<b>Saldos em 1-1-2009 conforme SNC (proforma)</b>	<b>3.000.000</b>	<b>360.654</b>	<b>1.446.978</b>	<b>374.114</b>	<b>1.025.094</b>	<b>6.206.840</b>
Distribuições						
Distribuições (dividendos)	-	-	-	-	(844.885)	(844.885)
Transferência para reservas	-	102.509	77.700	-	(180.209)	-
Transferência de resultados transitados	-	-	144.884	(144.884)	-	-
	-	102.509	222.584	(144.884)	(1.025.094)	(844.885)
<b>Resultado líquido/rendimento integral do exercício conforme SNC (proforma)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>779.672</b>	<b>779.672</b>
<b>Saldos em 31-12-2009 conforme SNC (proforma)</b>	<b>3.000.000</b>	<b>463.163</b>	<b>1.669.562</b>	<b>229.230</b>	<b>779.672</b>	<b>6.141.627</b>
Distribuições						
Distribuições (dividendos e reservas)	-	-	(1.669.562)	-	(662.239)	(2.331.801)
Transferência para reservas	-	73.582	-	-	(73.582)	-
Transferência para resultados transitados	-	-	-	43.851	(43.851)	-
	-	73.582	(1.669.562)	43.851	(779.672)	(2.331.801)
<b>Resultado líquido/rendimento integral do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.017.170</b>	<b>1.017.170</b>
<b>Saldos em 31-12-2010</b>	<b>3.000.000</b>	<b>536.745</b>	<b>-</b>	<b>273.081</b>	<b>1.017.170</b>	<b>4.826.996</b>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

	2010	2009
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Recebimentos de clientes	3.381.420	3.195.492
Pagamentos a fornecedores	(896.178)	(948.708)
Pagamentos ao pessoal	(319.504)	(369.371)
Pagamentos de benefícios pós-emprego (Nota 15)	-	-
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>2.165.738</b>	<b>1.877.413</b>
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento	(303.015)	(420.672)
Outros recebimentos / (pagamentos)	(1.115.268)	(739.037)
<b>Fluxos das actividades operacionais [1]</b>	<b>747.455</b>	<b>717.704</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Activos fixos tangíveis	(12.026)	(6.704)
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	(4.679.851)	(2.141.557)
Outros activos	-	-
	(4.691.877)	(2.148.261)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Activos fixos tangíveis	9.917	110
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	6.270.563	1.510.643
Outros activos	-	-
Subsídios ao investimento	-	-
Juros e rendimentos similares	140.147	98.087
Dividendos	-	-
	6.420.627	1.608.840
<b>Fluxos das actividades de investimento [2]</b>	<b>1.728.750</b>	<b>(539.421)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	(10.065)	(13.918)
Juros e gastos similares	(19)	(412)
Dividendos	(2.331.801)	(844.885)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
	(2.341.885)	(859.215)
<b>Fluxos das actividades de financiamento [3]</b>	<b>(2.341.885)</b>	<b>(859.215)</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>134.320</b>	<b>(680.932)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício</b>	<b>222.623</b>	<b>903.555</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	<b>356.943</b>	<b>222.623</b>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Montantes expressos em Euros

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (adiante igualmente designada por “CGD Pensões” ou “Sociedade”) foi constituída em 14 de Maio de 1992. A Sociedade tem como principal actividade a administração, gestão e representação de fundos de pensões (Fundos), sendo responsável em 31 de Dezembro de 2010 pela gestão dos Fundos fechados das seguintes entidades (Associados):

Denominação	Data de constituição	Data de início da gestão
Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Fundo CGD)	31-12-1991	30-09-1992
18,75% do Fundo de Pensões Gestnave (Fundo Gestnave)	01-10-1998	01-10-1998
Fundo de Pensões da Euronext Lisbon (Fundo Euronext Lisbon)	15-01-2000	15-01-2000
Fundo de Pensões da Interbolsa (Fundo Interbolsa)	27-12-2001	27-12-2001
Fundo de Pensões da Companhia Portuguesa de Resseguros (Fundo CPR)	31-12-1998	01-12-2002
Fundo de Pensões da Galp Energia (Fundo Galp Energia)	02-01-2003	02-01-2003
Fundo de Pensões Finibanco (Fundo Finibanco)	31-12-1993	31-12-2003
Fundo de Pensões Sojornal e Associadas (Fundo Sojornal e Associadas)	31-12-1987	01-01-2004
Fundo de Pensões do Instituto Nacional de Estatística (Fundo INE)	21-12-1999	01-04-2004
Fundo de Pensões CMVM (Fundo CMVM)	29-09-2000	01-01-2005
Fundo de Pensões Império – Bonança (Fundo Império - Bonança)	28-12-2005	30-12-2005
Fundo de Pensões da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Fundo SCML)	22-02-2008	22-02-2008
Fundo de Pensões Fidelidade (Fundo Fidelidade)	30-04-1999	01-01-2008
Fundo de Pensões do Pessoal da Mundial - Confiança (Fundo Mundial - Confiança)	31-12-1997	01-01-2008
Fundo de Pensões Petrogal (Fundo Petrogal)	29-12-1988	23-04-2009
Fundo de Pensões S.T.E.T. (Fundo STET)	05-09-2003	01-01-2010

Adicionalmente, a Sociedade é responsável pela gestão dos seguintes Fundos abertos:

Denominação	Data de constituição
Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Activa” (Fundo Caixa Reforma Activa)	13-12-2001
Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Valor” (Fundo Caixa Reforma Valor)	02-12-2005
Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Garantida 2022” (Fundo Caixa Reforma Garantida 2022)	19-03-2007
Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Prudente” (Fundo Caixa Reforma Prudente)	15-07-2008

Conforme indicado na Nota 12, a Sociedade é detida integralmente pela Caixa – Gestão de Activos, SGPS, S.A. (Grupo CGD). Os principais saldos e transacções com empresas do Grupo CGD encontram-se detalhados na Nota 25.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 16 de Fevereiro de 2011, mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As notas que se seguem respeitam os requisitos de divulgação definidos no Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e respectivas Normas Interpretativas aplicáveis em 31 de Dezembro de 2010.

**Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro**

Em 31 de Dezembro de 2010, a preparação das demonstrações financeiras foi efectuada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). O exercício de 2009, apresentado para efeitos comparativos, foi reexpresso de forma a estar de acordo com o SNC (comparativos próforma). Os ajustamentos de transição, com efeitos a 1 de Janeiro de 2009, foram efectuados de acordo com a NCRF 3 – “Adopção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF)” e foram registados em resultados transitados, tendo a Sociedade preparado o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, conforme permitido por essa Norma.

A principal diferença de políticas contabilísticas face ao Plano Oficial de Contabilidade (POC) reside no facto das unidades de participação dos fundos de investimento detidos terem passado a ser valorizadas ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração de resultados.

O impacto da adopção do SNC no capital próprio da Sociedade em 1 de Janeiro de 2009 e 31 de Dezembro de 2009 e no resultado do exercício de 2009 pode ser resumido como segue ((Débito)/Crédito):

	Capital próprio		Resultado 2009
	31-12-2009	01-01-2009	
<b>Saldos de acordo com o POC</b>	<b>5.868.545</b>	<b>5.977.610</b>	<b>735.820</b>
Reconhecimento de mais-valias potenciais em investimentos financeiros	293.448	285.395	8.053
Efeito fiscal	(20.366)	(56.165)	35.799
<b>Saldos de acordo com o SNC - contas pró-forma</b>	<b>6.141.627</b>	<b>6.206.840</b>	<b>779.672</b>

De acordo com o POC, os investimentos financeiros eram registados pelo custo de aquisição, sendo as menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o seu valor de mercado e o custo de aquisição integralmente ajustadas contra resultados do exercício. As mais-valias potenciais não eram reconhecidas nas demonstrações financeiras. A partir de 1 de Janeiro de 2009, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27, a Sociedade passou a valorizar os investimentos financeiros ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

No âmbito da conversão, foram igualmente registados os correspondentes impostos diferidos incluindo impostos diferidos activos de 57.398 Euros e 19.465 Euros em 31 de Dezembro de 2009 e 1 de Janeiro de 2009, respectivamente, já aplicáveis em POC mas que não tinham sido registados pela Sociedade por não serem relevantes para as suas demonstrações financeiras.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

#### 3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e respectivas normas interpretativas em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

Os activos e passivos encontram-se classificados como correntes ou não correntes. Classificam-se como activos/passivos correntes, os montantes que se esperam vir a ser recuperados ou liquidados num período até doze meses após a data do balanço. Classificam-se como activos/passivos não correntes, os montantes que se esperam vir a ser recuperados ou liquidados num período após doze meses da data do balanço.

#### 3.2 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos de vida útil</u>
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10

As vidas úteis e o método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados de forma prospectiva.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no exercício em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido ou a receber na transacção e a quantia escriturada do activo, e é reconhecido em resultados no exercício em que ocorre a alienação ou o abate.

### 3.3 Activos intangíveis

Os activos intangíveis da Sociedade respeitam a *software* e encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. A Sociedade estima a vida útil deste *software* em três anos.

### 3.4 Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Sociedade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Sempre que a quantia escriturada do activo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, a qual é registada na rubrica “Perdas por imparidade” da demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando exista evidência de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

### 3.5 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos

e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

### 3.6 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionem com itens registados directamente no capital próprio, sendo, nestes casos, igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias.

A compensação entre activos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Sociedade tenha um direito legal de proceder à compensação entre tais activos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais activos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Sociedade tenha a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

A Sociedade paga uma taxa ao ISP sobre as contribuições dos Associados para os respectivos Fundos, nos termos do Decreto-Lei nº 171/87, de 20 de Abril, a qual constitui um encargo de cada Fundo. No que se refere aos Fundos Caixa Reforma Activa, Caixa Reforma Valor, Império-Bonança, CMVM, Galp Energia, Caixa Reforma Garantida 2022, Fidelidade, Mundial Confiança e Caixa Reforma Prudente, esta taxa é suportada pela Sociedade, sendo registada na rubrica de “Outros gastos e perdas - Impostos” (Nota 19).

### 3.7 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Sociedade tenha uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante dessa obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de cada relato financeiro e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir um exfluxo económico de recursos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.8 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições estejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à prestação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção possam ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento do serviço à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se estabelece o direito da Sociedade a receber esse montante.

#### Remuneração de gestão

Como remuneração pela sua actividade, a Sociedade cobra aos Fundos geridos comissões de gestão financeira e comissões de gestão técnica e administrativa, calculadas sobre o valor dos Fundos e sobre as contribuições dos Associados para os mesmos, respectivamente, com o seguinte detalhe:

- Fundos Fechados:

Fundo	Comissão de gestão financeira			Comissão sobre as contribuições
	Percentagem	Periodicidade	Base de incidência	
Fundo CGD	0,025%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	-
			Valor do Fundo	
	0,050%		< Eur 9.975.958	
Fundo Gestnave	0,045%	Trimestral	de Eur 9.975.958 a Eur 19.951.916	-
	0,040%		> Eur 19.951.916	
Fundo Euronext Lisbon	0,050%	Trimestral	Valor do Fundo	0,30%
Fundo Caixa BI	0,500%	Anual	Valor do Fundo	0,50%
Fundo Interbolsa	0,050%	Trimestral	Valor do Fundo	0,30%
Fundo CPR	0,150%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	5,00%
Fundo Galp Energia	0,300%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,30%/0,40%
			Valor do Fundo	
	0,300%		< Eur 15.000.000	
Fundo Finibanco	0,275%	Anual	de Eur 15.000.000 a Eur 25.000.000	(a)
	0,250%		> Eur 25.000.000	
Fundo Sojornal e Associadas	0,450%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,30%
Fundo INE	0,500%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,50%
Fundo CMVM	0,125%	Anual	Valor de mercado dos activos do Fundo	Taxa ISP
Fundo Império – Bonança	0,150%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	Dobro da taxa ISP
Fundo SCML	0,150%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,15%
Fundo Fidelidade	0,150%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	Dobro da taxa ISP
Fundo Mundial - Confiança	0,150%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	Dobro da taxa ISP
Fundo Petrogal	-	Trimestral	Eur 100.000 por ano	-
Fundo STET	0,500%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	Taxa ISP

- (a) Para contribuições anuais inferiores a 2.000.000 Euros, a Sociedade cobra uma taxa equivalente ao mínimo entre 0,2% e a taxa do ISP acrescida de 5.000 Euros; Para contribuições anuais entre 2.000.000 Euros e 5.000.000 Euros, a Sociedade cobra uma taxa equivalente ao mínimo entre 0,15% e a taxa do ISP acrescida de 5.000 Euros; E para contribuições anuais superiores a 5.000.000 Euros, a Sociedade Gestora cobra uma taxa equivalente ao mínimo entre 0,1% e a taxa do ISP acrescida de 5.000 Euros.

- Fundos Abertos:

Fundo	Comissão de gestão financeira			Observações	Comissão de subscrição	Comissão de resgate
	Percentagem	Periodicidade	Base de incidência			
Fundo Caixa Reforma Activa	Máximo 3% ao ano	Mensal	Valor líquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2010 e 2009 ascendeu a 1,25%	Máximo 5% ao ano	Máximo 5% ao ano
Fundo Caixa Reforma Valor	Máximo 3% ao ano	Mensal	Valor líquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2010 e 2009 ascendeu a 1,25%	Máximo 5% ao ano	Máximo 5% ao ano
Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	Máximo 3% ao ano	Mensal	Valor líquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2010 e 2009 ascendeu a 0,77%	Máximo 10% ao ano	Máximo 10% ao ano
Fundo Caixa Reforma Prudente	Máximo 1% ao ano	Mensal	Valor líquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2010 e 2009 ascendeu a 0,5%	Máximo 1% ao ano	Máximo 2% ao ano

Pela função de comercialização das unidades de participação destes Fundos de pensões abertos, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) cobra uma comissão de comercialização equivalente a 55% da comissão de gestão cobrada pela CGD Pensões a estes Fundos. Esta comissão é registada na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” (Nota 16).

A Sociedade cobra ainda aos Fundos Caixa BI e Galp Energia comissões anuais de 19,95 Euros e 80 Euros, respectivamente, por cada participante.

### 3.9 Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros:

(i) Outros activos financeiros

Os outros activos financeiros dizem integralmente respeito a unidades de participação em fundos de investimento e são mensurados ao justo valor, sendo as variações registadas na rubrica “Aumentos / (reduções) de justo valor”, da demonstração de resultados.

As mais e menos-valias realizadas resultantes de resgate de unidades de participação são determinadas face ao valor de balanço no início do ano ou face ao custo de aquisição, no caso de terem sido subscritos durante o exercício, por aplicação do critério de custeio FIFO. Neste sentido, os “Aumentos/(reduções) de justo valor correspondem à diferença entre o valor da unidade de participação à data de relato e o valor de balanço no final do ano anterior corrigido pelas subscrições ocorridas no ano, por aplicação do critério de custeio FIFO.

(ii) Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de terceiros encontram-se registadas no activo pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício em que são estimadas.

(iii) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alterações de valor.

A caixa e equivalentes de caixa encontram-se registados no activo pelo seu valor nominal.

(iv) Contas a pagar

As contas a pagar encontram-se registadas no passivo pelo seu valor nominal.

(v) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Sociedade desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Sociedade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### 3.10 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo os mesmos reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

### 3.11 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data de balanço que dão origem a ajustamentos) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### 3.12 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação destas demonstrações financeiras foram os seguintes:

(i) Especialização de comissões a receber e a pagar

Os montantes relativos às especializações das comissões a receber e a pagar correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração em 31 de Dezembro de 2010 sobre o montante a receber e a pagar em 2011, respectivamente.

(ii) Registo de impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e as respectivas bases de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no exercício em que as diferenças temporárias são revertidas.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, o saldo de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (Nota 3.9 (iii)), e detalha-se como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Numerário	300	300
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	356.643	222.323
	<u>356.943</u>	<u>222.623</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os depósitos bancários imediatamente mobilizáveis dizem integralmente respeito a depósitos à ordem junto da Caixa Geral de Depósitos.

#### 5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	2010			
	Activo Bruto			
	Saldos em 01-01-2010 (proforma)	Aumentos	Alienações e abates	Saldos em 31-12-2010
Equipamento de transporte	50.000	-	(50.000)	-
Equipamento administrativo	30.720	-	-	30.720
	<u>80.720</u>	<u>-</u>	<u>(50.000)</u>	<u>30.720</u>

Rubricas	2010			
	Amortizações acumuladas			
	Saldos em 01-01-2010 (proforma)	Aumentos	Alienações e abates	Saldos em 31-12-2010
Equipamento de transporte	40.000	-	(40.000)	-
Equipamento administrativo	21.069	2.085	-	23.154
	<u>61.069</u>	<u>2.085</u>	<u>(40.000)</u>	<u>23.154</u>

Rubricas	2009					
	Activo Bruto					
	Saldos em 01-01-2009 conforme POC	Ajustamentos decorrentes da adopção do novo referencial contabilístico (Nota 6)	Saldos em 01-01-2009 conforme SNC (proforma)	Aumentos	Alienações e abates	Saldos em 31-12-2009 conforme SNC (proforma)
Equipamento de transporte	31.513	-	31.513	1.320	(2.113)	30.720
Equipamento administrativo	50.000	-	50.000	-	-	50.000
Outras imobilizações corpóreas	177.770	(177.770)	-	-	-	-
Imobilizado em Curso	34.854	(34.854)	-	-	-	-
	<u>294.137</u>	<u>(212.624)</u>	<u>81.513</u>	<u>1.320</u>	<u>(2.113)</u>	<u>80.720</u>

Rubricas	2009					
	Amortizações acumuladas					
	Saldos em 01-01-2009 conforme POC	Ajustamentos decorrentes da adopção do novo referencial contabilístico (Nota 6)	Saldos em 01-01-2009 conforme SNC (proforma)	Aumentos	Alienações e abates	Saldos em 31-12-2009 conforme SNC (proforma)
Equipamento de transporte	40.000	-	40.000	-	-	40.000
Equipamento administrativo	21.096	-	21.096	2.086	(2.113)	21.069
Outras imobilizações corpóreas	147.264	(147.264)	-	-	-	-
	<u>208.360</u>	<u>(147.264)</u>	<u>61.096</u>	<u>2.086</u>	<u>(2.113)</u>	<u>61.069</u>

Por referência a 1 de Janeiro de 2009 a Sociedade procedeu à reclassificação do *software* de activos tangíveis para activos intangíveis, de acordo com o novo referencial contabilístico SNC (NCRF 6 – “Activos Intangíveis”).

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo histórico e depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as respectivas vidas úteis, tal como descrito na Nota 3.2.

As amortizações do exercício, no montante de 2.085 Euros (2.086 Euros em 2009), foram registadas na rubrica “(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização”, da demonstração dos resultados.

## 6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

		2010			
		Activo Bruto			
Rubricas	Saldos em 01-01-2010 (proforma)	Aumentos	Alienações e abates	Saldos em 31-12-2010	
Equipamento informático (software)	217.223	31.691	-	248.914	

		2010			
		Amortizações acumuladas			
Rubricas	Saldos em 01-01-2010 (proforma)	Aumentos	Alienações e abates	Saldos em 31-12-2010	
Equipamento informático (software)	164.140	18.823	-	182.963	

		2009				
		Activo Bruto				
Rubricas	Saldos em 01-01-2009 conforme POC	Ajustamentos decorrentes da adopção do novo referencial contabilístico	Saldos em 01-01-2009 conforme SNC (proforma)	Aumentos	Alienações e abates	Saldos em 31-12-2009 conforme SNC (proforma)
Equipamento informático (software)	-	212.624	212.624	4.599	-	217.223

		2009				
		Amortizações acumuladas				
Rubricas	Saldos em 01-01-2009 conforme POC	Ajustamentos decorrentes da adopção do novo referencial contabilístico	Saldos em 01-01-2009 conforme SNC (proforma)	Aumentos	Alienações e abates	Saldos em 31-12-2009 conforme SNC (proforma)
Equipamento informático (software)	-	147.264	147.264	16.876	-	164.140

Conforme descrito na Nota 5, a Sociedade procedeu por referência a 1 de Janeiro de 2009 à reclassificação do *software* de “Activos Tangíveis” para “Activos Intangíveis”, de acordo com o novo referencial contabilístico SNC (NCRF 6 – “Activos Intangíveis”). O activo bruto e respectiva amortização acumulada do *software* ascendiam a essa data a 212.624 Euros e 147.264 Euros, respectivamente.

A rubrica “activos intangíveis” apenas inclui activos com vida útil finita, os quais são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as respectivas vidas úteis, estimadas em três anos (Nota 3.3).

As amortizações do exercício, no montante de 18.822 Euros (16.876 Euros em 2009), foram registadas na rubrica “(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização”, da demonstração dos resultados.

## 7. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica decompunha-se como segue:

Títulos	31-12-2010		
	Custo de aquisição (por aplicação do critério FIFO)	Valor de mercado	Variações do justo valor no exercício
<u>Activos não correntes</u>			
Unidades de participação em fundos de investimento imobiliários:			
. Fundimo	1.378.974	1.379.201	227
. Logística e Distribuição	679.514	680.080	566
. Maxirent	280.265	287.815	7.550
. Caixagest Imobiliário	145.147	149.931	4.784
. Tishman Esóf Sfeeder	108.807	109.913	1.106
. Lusimovest (Santander)	12.159	12.217	58
	<u>2.604.866</u>	<u>2.619.157</u>	<u>14.291</u>
<u>Activos correntes</u>			
Unidades de participação em fundos de investimento mobiliários:			
. Caixa Fundo Monetário	1.640.687	1.649.027	8.340
	<u>4.245.553</u>	<u>4.268.184</u>	<u>22.631</u>

Títulos	31-12-2009 (proforma)		
	Custo de aquisição (por aplicação do critério FIFO)	Valor de mercado	Variações do justo valor no exercício
<u>Activos não correntes</u>			
Obrigações diversas:			
. CGD 132 anos 1ª série	50.000	50.186	186
Unidades de participação em fundos de investimento imobiliários:			
. Fundimo	1.334.596	1.342.994	8.398
. Logística e Distribuição	673.626	675.819	2.193
. Maxirent	274.280	278.863	4.583
. Caixagest Imobiliário	222.721	145.147	(77.574)
. Tishman Esóf Sfeeder	174.376	108.807	(65.569)
. Lusimovest (Santander)	11.912	12.136	224
	<u>2.691.511</u>	<u>2.563.766</u>	<u>(127.745)</u>
	<u>2.741.511</u>	<u>2.613.952</u>	<u>(127.559)</u>
<u>Activos correntes</u>			
Unidades de participação em fundos de investimento imobiliários:			
. Caixa Fundo Monetário	2.745.114	2.773.717	28.603
	<u>5.486.625</u>	<u>5.387.669</u>	<u>(98.956)</u>

No exercício de 2010, a Sociedade realizou mais-valias na alienação de investimentos financeiros no montante de 10.042 Euros (Nota 18) (menos-valias de 6.391 Euros em 2009 - Nota 19). Em 2010 e 2009,

foram ainda recebidos rendimentos de unidades de participação nos montantes de 73.647 Euros e 81.218 Euros, respectivamente (Nota 20).

#### 8. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto imputado aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi calculado com base na taxa nominal agregada de IRC e correspondente Derrama de 26,5%.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Sociedade encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com o artigo 58º do Código do IRC, relativo às regras sobre preços de transferência, com a redacção aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2002, nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efectuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais (Nota 25), devem ser contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efectuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correcções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

O imposto sobre o rendimento contabilizado nas demonstrações de resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 encontra-se corrigido pelo efeito do registo de impostos diferidos. A reconciliação entre o imposto do exercício e o imposto corrente pode ser demonstrada da seguinte forma:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Impostos diferidos passivos revertidos no ano:		
. Ajustamentos de transição para SNC	( 4.073 )	-
. Valorização de investimentos financeiros não relevante para efeitos fiscais	-	( 35.799 )
Imposto corrente	370.793	304.783
	-----	-----
	366.720	268.984
	=====	=====

Os ajustamentos para menos-valias potenciais registados pela Sociedade até 31 de Dezembro de 2009 não eram dedutíveis para efeitos fiscais. Com a adopção das NCRF, os investimentos financeiros passaram a ser registados pelo justo valor por contrapartida de resultados, sendo as variações de justo valor relevantes para o apuramento do lucro tributável. Conforme definido no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei 159/2009, de 13 de Julho, o impacto da transição para as NCRF calculado com referência a 1 de Janeiro de 2010 será relevado para efeitos fiscais durante um período de 5 anos, com início em 2010. Os impostos diferidos registados pela Sociedade em 31 de Dezembro de 2010 correspondem ao impacto fiscal dos montantes que terão de ser acrescidos até 2014.

A composição dos passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser demonstrada da seguinte forma:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Valorização de investimentos financeiros não relevante para efeitos fiscais	-	76.852
Ajustamentos de transição para SNC	61.482	-
Taxa de imposto	26,5%	26,5%
	-----	-----

16.293      20.366  
 =====

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificado nos exercícios de 2010 e 2009 pode ser demonstrada como se segue:

	2010		2009	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		1.383.890		1.048.656
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	366.731	26,50%	277.894
Diferenças permanentes tributáveis	0,06%	792	0,10%	1.019
Diferenças permanentes dedutíveis	-0,03%	(361)	-1,16%	(12.143)
Tributação autónoma	0,08%	1.121	0,21%	2.214
Outros	-0,11%	(1.563)	0,00%	-
Imposto sobre o rendimento	26,50%	366.720	25,65%	268.984

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Estado e outros entes públicos”, do passivo apresentava a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas a pagar	126.117	6.592
Contribuições para a Segurança Social	6.570	5.857
Retenção de impostos sobre outros rendimentos	4.717	4.797
Outros	-	389
	-----	-----
	137.404	17.635
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o imposto sobre o rendimento a pagar decompõe-se como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Imposto corrente	370.793	304.783
Pagamentos por conta	( 230.842 )	( 269.246 )
Retenções na fonte efectuadas por terceiros	( 13.834 )	( 28.946 )
	-----	-----
Imposto a pagar	126.117	6.591
	=====	=====

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade relativas aos exercícios de 2007 a 2010 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais.

A Administração da Sociedade entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

## 9. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Clientes, conta corrente		
. Galp Energia	97.873	60.160
. Caixagest - cedência de pessoal	9.204	5.374
. Finibanco	5.329	6.806
. Outros	293	394
	<u>112.699</u>	<u>72.734</u>

Esta rubrica reflecte essencialmente o montante de comissões de gestão financeira e de gestão técnica e administrativa que, nos termos dos contratos de gestão dos respectivos Fundos, são debitadas directamente aos Associados.

#### 10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo da rubrica "Outras contas a receber" apresentava a seguinte composição:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Acréscimos de proveitos:		
Comissões de Gestão a receber		
. Fundo CGD	325.487	301.618
. Fundo Caixa Reforma Activa	165.694	377.649
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	70.826	68.811
. Fundo Finibanco	51.058	47.861
. Fundo Caixa Reforma Prudente	43.202	56.446
. Fundo SCML	38.644	42.676
. Fundo Império – Bonança	25.594	28.707
. Fundo Fidelidade	25.194	25.739
. Fundo Petrogal	25.000	25.000
. Fundo Caixa Reforma Valor	15.521	39.120
. Fundo Galp Energia	10.337	8.697
. Fundo Mundial – Confiança	9.208	10.829
. Fundo Sojornal e Associadas	5.646	6.715
. Fundo INE	4.302	4.429
. Fundo Gestnave	3.723	4.456
. Fundo Euronext Lisbon	3.626	3.050
. Fundo CMVM	2.154	1.993
. Fundo Interbolsa	1.739	1.498
. Fundo S.T.E.T.	527	-
. Fundo CPR	199	216
. Fundo Caixa BI	-	9.062
	<u>827.681</u>	<u>1.064.572</u>
Juros de depósitos bancários a receber	303	88
Outros acréscimos e proveitos	32	28
Juros de obrigações diversas	-	54
	<u>828.016</u>	<u>1.064.742</u>
Outros devedores:		
Adiantamentos a colaboradores	-	1.182
Outros	-	133
	<u>-</u>	<u>1.315</u>
	<u>828.016</u>	<u>1.066.057</u>

11. DIFERIMENTOS - ACTIVO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Seguros	193	11.520
Outros custos diferidos	94	3.723
	<u>287</u>	<u>15.243</u>

12. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital da Sociedade encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 600.000 acções com o valor nominal de 5 Euros cada, integralmente detidas pela Caixa - Gestão de Activos, SGPS, S.A..

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital social. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital social ou para cobertura de prejuízos da Sociedade, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Na sequência da deliberação da Assembleia Geral realizada em 31 de Março de 2010, a Sociedade distribuiu dividendos no montante de 662.239 Euros. Foram ainda distribuídas reservas livres no montante de 1.669.562 Euros.

13. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Fornecedores, conta corrente:		
. Companhia de Seguros Fidelidade – Mundial, S.A.	52.566	34.714
. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	9.520	6.181
. Outros	95.643	34.184
	<u>157.729</u>	<u>75.079</u>
Fornecedores de imobilizado:		
. Fornecedores de imobilizado em regime de locação financeira	814	11.135
	<u>158.543</u>	<u>86.214</u>

A rubrica “Outros” diz respeito a saldos a pagar a prestadores de serviços profissionais.

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Acréscimos de custos:		
. Taxa a pagar ao Instituto de Seguros de Portugal	8.882	11.171
. Encargos com férias e subsídio de férias	59.096	61.470
. Prémios a pagar aos empregados	23.173	35.600
. Estudos actuariais	67.824	61.631
. Comissão de comercialização	247.310	253.587
. Assessoria – gestão de patrimónios	60.500	60.000
. Contribuições para fundos de pensões	1.028	917
. Cedência do pessoal	15.018	14.340
. Outros acréscimos de custos	17.579	72.502
	<u>500.410</u>	<u>571.218</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outros credores – Comissão de comercialização” respeita à comissão a pagar à CGD pela função de comercialização das unidades de participação dos Fundos de Pensões Abertos “Caixa Reforma Activa”, “Caixa Reforma Valor” e “Caixa Reforma Prudente”, referente ao segundo semestre de 2010 e 2009, respectivamente (Nota 16).

#### 15. RÉDITO – SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Sociedade por serviços prestados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhado como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Prestações de serviços:		
Comissões de gestão e administração dos fundos de pensões:		
. Fundo CGD	1.267.792	1.147.183
. Fundo Caixa Reforma Activa	717.966	772.039
. Fundo Finibanco	210.130	198.130
. Fundo Caixa Reforma Prudente	152.420	98.220
. Fundo SCML	141.424	160.897
. Fundo Galp Energia	118.588	99.235
. Fundo Petrogal	100.000	69.110
. Fundo Império – Bonança	96.194	93.218
. Fundo Fidelidade	90.531	91.719
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	89.115	87.556
. Fundo Caixa Reforma Valor	74.825	77.190
. Fundo Mundial – Confiança	35.762	36.693
. Fundo Sojornal e Associadas	22.017	26.365
. Fundo INE	17.791	18.538
. Fundo Gestnave	15.073	17.620
. Fundo Caixa BI	13.110	20.012
. Fundo Euronext Lisbon	9.460	9.513
. Fundo CMVM	7.066	7.597
. Fundo Interbolsa	3.357	3.182
. Fundo S.T.E.T.	2.058	-
. Fundo CPR	772	902
. Fundo Caixa Leasing e Factoring	-	6.304
	<u>3.185.451</u>	<u>3.041.223</u>
Comissões de depósito		
. Fundo CPR	130	110
Comissões de subscrição		
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	4.304	-
. Fundo Caixa Reforma Prudente	960	384
. Fundo Caixa Reforma Activa	946	1.934
. Fundo Caixa Reforma Valor	38	15
	<u>6.248</u>	<u>2.333</u>
Comissões de resgate		
. Fundo Caixa Reforma Prudente	2.182	1.097
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	876	2.585
. Fundo Caixa Reforma Activa	165	5.450
. Fundo Caixa Reforma Valor	8	1.970
	<u>3.231</u>	<u>11.102</u>
Comissões de transferência		
. Fundo Caixa Reforma Activa	440	345
. Fundo Caixa Reforma Valor	270	145
. Fundo Caixa Reforma Prudente	105	-
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	-	42
	<u>815</u>	<u>532</u>
	<u>3.195.875</u>	<u>3.055.300</u>

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhada conforme segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Rendas e alugueres	43.850	39.991
Comunicação	14.407	13.976
Trabalhos especializados		
. Comissão de comercialização (Nota 14)	496.208	508.805
. Estudos actuariais	300.468	297.674
. Contrato de assessoria – Caixagest	241.000	240.000
. Remunerações pagas à Caixa Geral de Depósitos, S.A.	172.629	182.929
. Outros	184.375	215.134
Publicidade	31.216	59.955
Seguros	856	2.642
Electricidade e água	5.133	6.318
Limpeza, higiene e segurança	5.826	6.235
Honorários	49.114	46.519
Deslocações e estadas	2.545	3.926
Outros fornecimentos e serviços externos	19.940	26.998
	<u>1.567.567</u>	<u>1.651.102</u>

A Sociedade celebrou um contrato com a Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A., para gestão da totalidade dos activos que integram as carteiras sob gestão, assim como a prestação de serviços de back office, controlo de risco e avaliação de performance.

As remunerações pagas à Caixa Geral de Depósitos, S.A. referem-se aos salários de colaboradores desta entidade que se encontram a desempenhar funções na CGD Pensões.

17. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhada como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Remunerações dos empregados	213.003	246.814
Encargos sobre remunerações	60.743	55.210
Prémios a pagar aos empregados	10.416	16.180
Contribuições para pensões (Nota 23)	4.773	4.001
Outros	20.617	11.715
	<u>309.552</u>	<u>333.920</u>

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo da rubrica “Remunerações dos empregados” está líquido dos montantes de 67.823 Euros e 16.166 Euros, respectivamente, relativos ao reembolso de salários e respectivos encargos sociais inerentes à cedência de colaboradores à Caixagest.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Sociedade tinha ao seu serviço 10 e 9 colaboradores, respectivamente.

18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhada conforme segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Outros rendimentos e ganhos:		
Alienação de investimentos financeiros	10.042	-
Alienação de activos fixos tangíveis	170	110
Excesso de estimativa de imposto	195	227
Outros	616	2.806
	<u>11.023</u>	<u>3.143</u>

19. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhada conforme segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Impostos	9.917	13.786
Alienação de investimentos financeiros	-	6.391
Comissões por serviços bancários	-	4.424
Multas e penalidades	249	1.945
Donativos	150	400
Outros	13.579	15.489
	<u>23.895</u>	<u>42.435</u>

O saldo da rubrica de “Impostos” refere-se, essencialmente, à taxas pagas e a pagar ao Instituto de Seguros de Portugal, as quais corresponderam a 0,048% em 2010 e 2009 sobre as contribuições efectuadas para parte dos Fundos de Pensões geridas pela Sociedade (Nota 3.6).

20. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são detalhados como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Juros obtidos		
Depósitos à ordem em instituições de crédito	2.421	8.230
Depósitos a prazo em instituições de crédito	-	17.220
	<u>2.421</u>	<u>25.450</u>
Outros rendimentos similares		
Rendimentos de obrigações diversas	234	1.566
Rendimentos de unidades de participação	73.647	81.218
Outros	-	25
	<u>73.881</u>	<u>82.809</u>
	<u>76.302</u>	<u>108.259</u>

21. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Juros e gastos similares suportados” corresponde a juros de contratos de locação financeira.

## 22. FUNDOS DE PENSÕES GERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica refere-se aos valores patrimoniais dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade, apresentando a seguinte composição:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Fundo CGD	1.424.864.147	1.332.367.900
Fundo Petrogal	304.234.526	308.471.938
Fundo Finibanco	85.585.307	81.408.991
Fundo Império – Bonança	63.218.773	66.377.422
Fundo Fidelidade	57.213.328	60.618.694
Fundo Caixa Reforma Activa	57.144.628	63.551.979
Fundo SCML	56.843.282	62.203.023
Fundo Caixa Reforma Prudente	40.314.156	28.957.369
Fundo Mundial – Confiança	23.573.068	25.362.748
Fundo Galp Energia	14.784.328	12.300.338
Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	11.192.564	11.249.390
Fundo Caixa Reforma Valor	8.872.716	8.325.368
Fundo Gestnave	7.806.656	9.719.792
Fundo CMVM	7.649.020	6.817.395
Fundo Euronext Lisbon	6.669.199	6.471.778
Fundo Sojornal e Associadas	5.394.745	5.516.095
Fundo INE	4.057.162	3.925.472
Fundo Interbolsa	2.511.663	2.239.223
Fundo CPR	605.037	653.335
Fundo STET	456.326	-
Fundo Caixa BI	-	3.521.792
	-----	-----
	2.182.990.631	2.100.060.042
	=====	=====

O Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Garantida 2022 (“Fundo”) foi constituído em 19 de Março de 2007, por tempo indeterminado, tendo como objectivo garantir o financiamento de Planos de Pensões.

Nos termos do regulamento de gestão do Fundo, no dia 21 de Março de 2022, é garantido, para cada contribuição realizada para o Fundo até ao dia 18 de Março de 2022, o valor base de 5 euros por unidade de participação, acrescido de uma rentabilidade mínima de 30% sobre esse valor de cotação base, a qual pode ainda ser acrescida em 50% da maior valorização acumulada, apurada no dia 19 de Março de cada ano, do índice accionista DJ Eurostoxx 50, desde a data de constituição do Fundo até essa data.

Para cobertura das responsabilidades decorrentes das subscrições, o Fundo celebrou contratos de venda a prazo com a Sucursal de Londres da CGD, mediante os quais, a 21 de Março de 2022, o Fundo entrega à Sucursal de Londres da CGD os seus activos, representados por *strips* de obrigações do tesouro espanhol, belga, francês e italiano e recebe um montante equivalente ao capital investido inicialmente, acrescido da rentabilidade garantida aos Participantes.

Adicionalmente, nos termos do regulamento de gestão, caso se venha a revelar necessário, a Sociedade Gestora procederá à aquisição de unidades de participação a favor dos Participantes em causa, no montante que permita igualar o valor garantido em 21 de Março de 2022.

Nos termos previstos na legislação em vigor, é possível aos Participantes subscreverem ou solicitarem o reembolso das unidades de participação do Fundo, para além do período de subscrição inicial. Nestas circunstâncias, poderão ser cobradas comissões de subscrição ou reembolso até uma percentagem máxima de 10% sobre o valor de subscrição ou de reembolso, revertendo a favor da Sociedade Gestora.

A partir de 21 de Março de 2022, nos termos do regulamento de gestão, a política de investimento do Fundo será alterada, podendo incluir obrigações de taxa fixa e de taxa variável, acções, imobiliário, investimentos alternativos, produtos derivados e instrumentos do mercado monetário para gestão de tesouraria com prazo de vencimento inferior a 12 meses.

### 23. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Sociedade subscreveu um plano de pensões que se consubstancia num plano de contribuição definida, independente da Segurança Social, tendo como objectivo o pagamento de pensões de reforma por velhice e invalidez, bem como pensões de sobrevivência imediata. Este benefício para os colaboradores / participantes da Sociedade traduz-se numa pensão resultante da aquisição de um seguro de renda vitalícia imediata, à data da reforma com o saldo então existente na sua conta individual.

Este plano abrange os colaboradores da Sociedade que se encontravam em funções à data do contrato, bem como aqueles admitidos em data posterior que tenham completado um mínimo de dez anos consecutivos ao serviço da Sociedade, contados a partir da data da respectiva admissão. A idade normal de reforma coincide com a data em que o participante adquire o direito a uma pensão da segurança social por velhice.

A remuneração para efeitos de apuramento das contribuições é composta pelo vencimento base, acrescida dos subsídios de isenção de horário de trabalho e de disponibilidade e de outras remunerações auferidas a título regular. Como tempo de serviço é considerado o número de anos completos e consecutivos ao serviço da Sociedade.

O financiamento do plano de pensões fica totalmente a cargo da Sociedade, através da contribuição inicial e das contribuições trimestrais. A contribuição inicial a favor de cada participante foi calculada da seguinte forma:

$$2\% * N * \text{remuneração mensal} * 12$$

N corresponde ao tempo de serviço.

A contribuição trimestral é calculada da seguinte forma:

$$2\% * \text{remuneração mensal} * 3$$

A Sociedade poderá ainda, sempre que entender, efectuar contribuições extraordinárias.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Sociedade efectuou contribuições para os Fundos de Pensões no montante de 4.773 Euros e 4.001 Euros, respectivamente (Nota 17).

Em 31 de Dezembro de 2010, as contribuições tinham sido investidas em unidades de participação do Fundo Caixa Reforma Valor, do Fundo Caixa Reforma Activa e do Fundo Caixa Reforma Prudente, com o seguinte detalhe:

	Número de unidades de participação		Valor de mercado	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Fundo de Pensões Caixa Reforma Valor	5.181	4.213	24.990	20.670
Fundo de Pensões Caixa Reforma Activa	475	447	5.295	5.071
Fundo de Pensões Caixa Reforma Prudente	-	15	-	76
	-----	-----	-----	-----
	5.656	4.675	30.285	25.817
	=====	=====	=====	=====

24. RESULTADO POR ACCÇÃO

O resultado básico por acção nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi determinado conforme segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u> (pró-forma)
Resultado líquido do exercício	1.017.170	779.672
Número médio ponderado de acções em circulação no exercício (Nota 12)	600.000	600.000
<b>Resultado básico por acção</b>	<b><u>1,70</u></b>	<b><u>1,30</u></b>

Não é aplicável o conceito de resultados por acção diluídos uma vez que não existem acções ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

25. PARTES RELACIONADAS25.1 **Identificação dos accionistas**

A empresa é integralmente detida pela Caixa – Gestão de Activos, SGPS, S.A., sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas na Caixa Geral de Depósitos, S.A., ambas com sede na Avenida João XXI, em Lisboa.

25.2 **Membros do Conselho de Administração da Sociedade**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os membros do Conselho de Administração da Sociedade eram como segue:

- Dr. João Eduardo de Noronha Gamito Faria
- Dr. Henrique Pereira Melo
- Dr. António Francisco de Araújo Pontes
- Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
- Dr. António Manuel Gutierrez Caseiro

Os membros do Conselho de Administração da Sociedade não auferiram quaisquer remunerações nos exercícios de 2010 e 2009.

25.3 **Órgão de Fiscalização**

Os honorários totais facturados pela Deloitte e Associados, SROC S.A., Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único da Sociedade, entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2010 totalizaram 88.058,20 Euros (valores sem IVA), incluindo, para além da revisão legal das contas anuais da Sociedade, a auditoria externa contratual às demonstrações financeiras dos fundos de pensões geridos pela Sociedade. Uma parte do referido montante refere-se ao exercício de 2009.

## 25.4 Saldos com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas para além dos Membros do Conselho de Administração da Sociedade, todas as entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Sociedade apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2010					Total
	CGD	Fundimo	Caixagest	Caixa LF	Fidelidade	
Activo:						
Depósitos à ordem (Nota 4)	356.643	-	-	-	-	356.643
Outros activos financeiros (Nota 7)	-	1.379.201	1.798.958	-	-	3.178.159
	<u>356.643</u>	<u>1.379.201</u>	<u>1.798.958</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.534.802</u>
Passivo :						
Fornecedores de imobilizado (Nota 13)	-	-	-	814	-	814
Fornecedores, conta corrente (Nota 13)	9.520	-	-	-	52.566	62.086
Diferimentos (Nota 14)	295.776	-	60.500	-	17.837	374.113
	<u>305.296</u>	<u>-</u>	<u>60.500</u>	<u>814</u>	<u>70.403</u>	<u>437.013</u>
Custos e perdas:						
Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	704.103	-	241.000	-	-	945.103
Juros e custos similares (Nota 21)	-	-	-	19	-	19
	<u>704.103</u>	<u>-</u>	<u>241.000</u>	<u>19</u>	<u>-</u>	<u>945.122</u>
Proveitos e ganhos:						
Juros e proveitos similares (Nota 20)	2.655	-	-	-	-	2.655
	<u>2.655</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.655</u>

	2009					Total
	CGD	Fundimo	Caixagest	Caixa LF	Fidelidade	
Activo:						
Depósitos à ordem (Nota 4)	222.323	-	-	-	-	222.323
Outros activos financeiros (Nota 7)	50.000	1.342.994	2.918.865	-	-	4.311.859
Diferimentos (Nota 11)	132	-	-	-	-	132
	<u>272.455</u>	<u>1.342.994</u>	<u>2.918.865</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.534.314</u>
Passivo :						
Fornecedores de imobilizado (Nota 13)	-	-	-	11.132	-	11.132
Fornecedores, conta corrente (Nota 13)	6.181	-	-	-	34.714	40.895
Outros credores (Nota 14)	224.725	-	-	-	-	224.725
Diferimentos (Nota 14)	83.827	-	60.000	-	-	143.827
	<u>314.733</u>	<u>-</u>	<u>60.000</u>	<u>11.132</u>	<u>34.714</u>	<u>420.579</u>
Custos e perdas:						
Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	731.725	-	240.000	-	-	971.725
Juros e custos similares (Nota 21)	4.424	-	-	411	-	4.835
	<u>736.149</u>	<u>-</u>	<u>240.000</u>	<u>411</u>	<u>-</u>	<u>976.560</u>
Proveitos e ganhos:						
Juros e proveitos similares (Nota 20)	27.016	27.564	5.598	-	-	60.178
	<u>27.016</u>	<u>27.564</u>	<u>5.598</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>60.178</u>

**RELATÓRIO DO GOVERNO DA  
SOCIEDADE**

## AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

### Avaliação do grau de cumprimento dos princípios de bom governo

A CGD Pensões, adiante designada por Sociedade, cumpre todas as recomendações sobre o bom governo apresentadas na resolução do conselho de ministros nº 49/2007, conforme se descreve no presente Relatório sobre o Governo da Sociedade.

## ORIENTAÇÕES DE GESTÃO, MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA INSTITUIÇÃO

### Orientações de Gestão

Para alcançar estes objectivos, a CGD Pensões considera críticos os seguintes factores:

- Concretizar as aspirações financeiras dos **clientes** e proporcionar-lhes performance de investimento com valor acrescentado, face aos seus requisitos de rendibilidade e risco, de forma consistente ao longo do tempo.
- Captar as melhores **pessoas** no mercado de trabalho e proporcionar aos seus colaboradores **meios** e ferramentas de trabalho que permitam a excelência nas suas funções.
- Desenvolver a sua actividade em estreita **cooperação com a CGD**, que acumula papéis de accionista, cliente e comercializador dos serviços e produtos.

### Missão, Objectivos e Políticas

A Sociedade, pretende ser reconhecida pelos clientes (internos e externos) como a sua primeira escolha de fornecedor de serviços de gestão de fundos de pensões. Para o triénio 2008-2010, a CGD Pensões tem os seguintes objectivos:

- Tornar a administração de fundos de pensões mais eficiente, indo de encontro às aspirações dos clientes;
- Adequar as propostas de valor de gestão de investimentos à oferta de produtos e serviços;
- Dotar-se das capacidades de informação, de tecnologia e de controlo e gestão de risco requeridas para a sua actividade;
- Implementar uma política de recursos humanos centrada no conhecimento, comunicação e avaliação de desempenho.
- Implementar uma política de recursos humanos centrada no conhecimento, comunicação e avaliação de desempenho.

Para alcançar estes objectivos, a CGD Pensões considera críticos os seguintes factores:

- Concretizar as aspirações financeiras dos **clientes** e proporcionar-lhes performance de investimento com valor acrescentado, face aos seus requisitos de rendibilidade e risco, de forma consistente ao longo do tempo.
- Captar as melhores **pessoas** no mercado de trabalho e proporcionar aos seus colaboradores **meios** e ferramentas de trabalho que permitam a excelência nas suas funções.
- Desenvolver a sua actividade em estreita **cooperação com a CGD**, que acumula papéis de accionista, cliente e comercializador dos serviços e produtos.

## Plano de Actividades

A Sociedade desenvolve anualmente um processo de planeamento para as diversas áreas de negócio, realizando uma reunião entre o Conselho de Administração e os quadros onde são apresentados o plano de actividades anual face aos objectivos traçados.

Para acompanhar a execução do plano de actividade e orçamento aprovados, encontra-se implementado um sistema de informação de gestão, composto por um vasto conjunto de relatórios periódicos sobre as diversas áreas de actividade.

Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da actividade desenvolvida pela sociedade.

## PRINCÍPIOS GERAIS DE ACTUAÇÃO

Toda a actividade da Sociedade é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas, existindo um sistema de controlo interno para acompanhar o grau de observância respectivo.

Neste contexto, a Sociedade adopta um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.

## Regulamentos Externos

A actividade da Sociedade está sujeita a todas as normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais, e às decorrentes dos Estatutos da Sociedade.

De um modo geral, à Sociedade aplica-se a legislação europeia e nacional relativa à sua actividade, salientando-se no direito interno, o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92 de 31 de Dezembro, na sua actual redacção, o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99 de 13 de Novembro, na sua actual redacção e todas as disposições regulamentares emitidas pelo Banco de Portugal, pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e pelo Instituto de Seguros de Portugal.

No âmbito da sua actividade, é de realçar ainda o Decreto Lei n.º 12/2006 de 20 de Janeiro que institui o Regime Jurídico dos Fundos de Pensões.

## **Regulamento Interno e Código de Conduta**

À semelhança da CGD, a CGD Pensões dispõe de um Código de Conduta que está disponível para consulta, na sua sede, na Avenida João XXI, 63, 2º, Lisboa.

O Código de Conduta pretende garantir como princípio geral que todos os colaboradores, no exercício das suas funções, observam os mais elevados padrões de integridade e de honestidade, actuando sempre de uma forma competente, diligente e profissional, cumprindo com todas as disposições legais e regulamentares inerentes às actividades de intermediação financeira, com todas as normas éticas e deontológicas de conduta, previstas na lei.

## **Normas de Natureza Fiscal**

No que se refere ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor de normas de natureza fiscal, a Direcção da Sociedade, a Direcção Administrativa e Financeira e a Direcção de Backoffice Imobiliário asseguram o cumprimento das mesmas ao nível da Sociedade e dos Fundos.

## **Normas de prevenção de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e corrupção**

Para efeitos da prevenção de operações relacionadas com branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e crimes contra o mercado, a Sociedade actua em estrita colaboração com os bancos depositários com quem opera.

A CGD dispõe de um adequado normativo interno, do qual constam todos os deveres consagrados no ordenamento jurídico vigente, bem como as medidas e procedimentos internos destinados ao cumprimento dos aludidos deveres, de que se destacam ferramentas informáticas para detecção de situações susceptíveis de configurarem branqueamento de capitais, de que a corrupção é crime subjacente.

Não obstante este facto, a Sociedade tem presente todos os deveres impostos pela Lei n.º 25/2008 de 5 de Junho e procedeu em 2010 à formação dos seus colaboradores sobre a temática da prevenção do branqueamento de capitais e o combate ao financiamento do terrorismo.

O responsável pela coordenação dos procedimentos de controlo interno em matéria de branqueamento de capitais, bem como pela centralização da informação e respectiva comunicação às autoridades competentes é a Direcção de Supervisão e Controlo, em estrita colaboração com o Gabinete de Apoio à função de Compliance da Caixa.

A Sociedade não identificou no corrente ano quaisquer operações suspeitas de relacionamento do crime de branqueamento de capitais, não tendo sido realizada qualquer comunicação às entidades competentes.

## **Normas de concorrência e de protecção do consumidor**

As práticas concorrenciais da Sociedade obedecem a princípios éticos de actuação que não põem em causa as linhas de acção da sã concorrência das Instituições que operam no sistema financeiro.

## **Normas de natureza ambiental**

A Sociedade encontra-se inserida num grupo económico em que o Ambiente assume uma importância fulcral na Estratégia de Sustentabilidade, que se consubstancia nas mais diversas áreas da sua actividade a nível externo e interno.

Neste âmbito na CGD há a destacar o Programa Caixa Carbono Zero 2010, lançado em 2007. Assente em cinco vectores de actuação, este Programa concretiza a estratégia climática da CGD. Uma estratégia que passa tanto pela acção interna – assumindo a responsabilidade pela quantificação, redução e compensação das emissões próprias – como pela actuação no mercado e na esfera social, contribuindo para a edificação de uma economia de baixo carbono. Estes vectores são transversais a todo o grupo Caixa, englobando acções que ambicionam diminuir o impacto ambiental decorrente quer dos seus impactos directos, quer dos indirectos.

## **Normas de índole laboral**

A sociedade pauta as suas relações laborais por critérios de grande rigor e elevados padrões éticos, cultivando um diálogo esclarecedor e construtivo com os seus colaboradores e dando cumprimento à legislação laboral, ao Acordo Colectivo de Trabalho das Empresas do Grupo CGD e aos diversos Regulamentos Internos que dispõem o modo de acesso a diversos benefícios extra-contratuais.

## **Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres**

O efectivo na CGD Pensões apresentou em 2010 uma distribuição quase equitativa por sexos (49% feminino e 51% masculino). O processo de recrutamento e selecção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a selecção feita de acordo com o currículo e o perfil de competências de cada candidato.

## **Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional**

A Sociedade tem procurado implementar um conjunto de medidas de apoio à conciliação do trabalho e da família, destacando-se as seguintes:

- Adequação e flexibilidade de horários e condições de trabalho;
- Mobilidade interna baseada numa política de facilidade nas transferências de acordo com os interesses pessoais dos colaboradores;
- Adequação de cada colocação às condições físicas e psicológicas dos trabalhadores, equipando os postos de trabalho de acordo com as necessidades específicas apresentadas por alguns colaboradores;
- Assistência à família na doença sem perda de vencimento, para além do período previsto legalmente, quando a análise do acompanhamento da situação assim o justifique;
- Atribuição de subsídios aos filhos dos colaboradores (infantil e de estudo);

Concessão de crédito para necessidades relevantes de ordem material e social dos seus colaboradores.

### Valorização profissional dos colaboradores

O acesso à formação é feito de uma forma generalizada pela globalidade dos colaboradores, sendo estes incentivados à formação permanente e contínua ao longo da sua vida profissional.

Em 2010 registaram-se nas empresas da Caixa Gestão de Activos, da qual a CGD Pensões faz parte, 197 participações em acções de formação, das quais, 22 relativas a Conferências e Seminários no País e no Estrangeiro, 16 relativas a cursos de Informática, 15 respeitantes a formação em Línguas Estrangeiras e 74 a formações ministradas através de plataforma de *e-learning*. Foi igualmente realizada uma acção de *team building* envolvendo 57 colaboradores.

Os colaboradores que pretendam frequentar cursos de formação, considerados de importância para o desempenho da sua função, também podem requerer a comparticipação nos custos de formação. Neste âmbito, em 2010 foram apoiados 13 colaboradores na frequência de mestrados, pós-graduações e cursos de alta especialização.

Salienta-se ainda que, como forma de promover o acesso às novas tecnologias, a Sociedade oferece aos seus colaboradores condições especiais, significativamente mais baixas que as praticadas no mercado, para a aquisição de equipamento informático.

## TRANSACÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

### Transacções relevantes com entidades relacionadas

São consideradas entidades relacionadas, todas as empresas controladas pelo Grupo CGD. Das transacções com empresas do Grupo destaca-se como sendo a mais relevante, as realizadas com a CGD.

Em 31 de Dezembro de 2010, as demonstrações financeiras da CGD Pensões incluem os seguintes saldos e transacções com a CGD:

<b>Activos:</b>	
Disponibilidades em instituições de crédito	357
Activos Financeiros disponíveis para Venda	4.268
<b>Proveitos:</b>	
Juros e rendimentos similares	3
<b>Custos:</b>	
Comissões	497

### Procedimentos adoptados em matéria de aquisição de serviços

A Sociedade possui procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, pautados pela adopção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

Os procedimentos adoptados são os seguintes:

- Consultas ao mercado – em regra, são consultados três fornecedores por produto;
- Selecção de fornecedores – com base na análise comparativa das propostas apresentadas;
- Autorização de despesas – de acordo com as competências delegadas;
- Contratos com fornecedores de bens/prestadores de serviços – de forma escrita: troca de correspondência ou contrato formal.

### **Universo de transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado**

As contratações sem consulta ao mercado são habitualmente realizadas com empresas do Grupo CGD, respeitando as práticas de mercado e o interesse mútuo:

- Seguros: com a Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, SA;
- Renting de viaturas: com a Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA.

### **Fornecedores que representam mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Terceiros**

Os fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos em base individual em 2010 foram os seguintes: CGD (15%) e Fidelidade Mundial (14%).

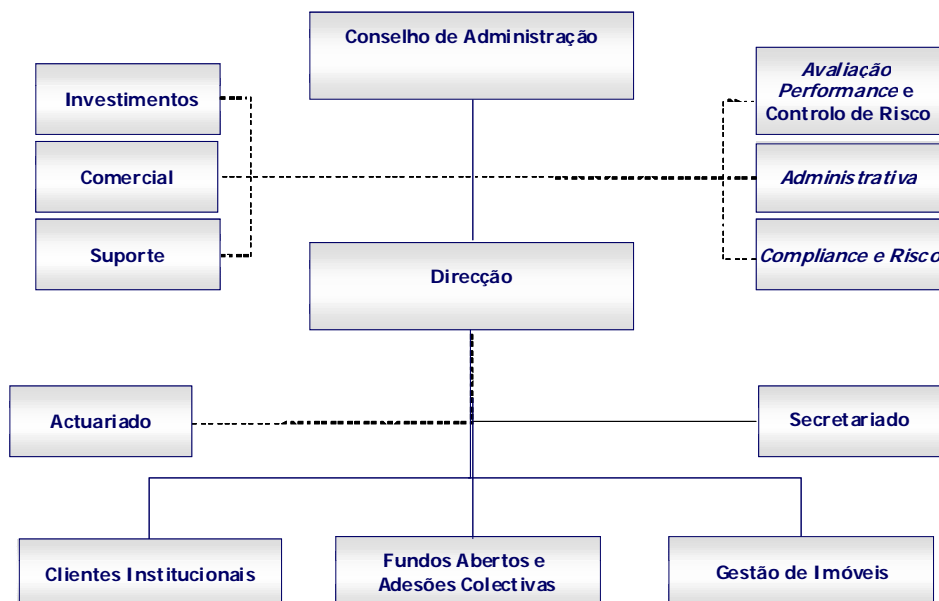
## **MODELO SOCIETÁRIO**

### **Modelo de Governo**

A Caixa Gestão de Activos e as empresas participadas dispõem de uma estrutura organizativa integrada, que assegura um adequado nível de funcionamento e define responsabilidades e hierarquias, sendo composta por Direcções funcionais na dependência directa da Comissão Executiva (órgão de estrutura de nível de enquadramento mais elevado).

### **Organograma do Modelo de Governo Societário**

A CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é detida na totalidade pela Holding Caixa Gestão de Activos, SA, a qual é detida a 100% pela Caixa Geral de Depósitos, SA. O accionista único da Caixa Geral de Depósitos é o Estado Português. A Sociedade dispõe de uma organização que assegura um adequado nível de funcionamento e define responsabilidades e hierarquias. Esta estrutura contempla a segregação de funções, assente na separação entre as diferentes funções existentes:



Com a integração na holding, a sociedade gestora veio beneficiar da potenciação dos vastos recursos técnicos e humanos afectos à gestão de activos, mediante o aproveitamento de estruturas comuns às várias empresas da holding. Na CGD Pensões são, directamente, asseguradas todas as funções “core” da actividade de constituição e gestão de fundos de pensões, nomeadamente: constituição/alteração/extinção de fundos de pensões fechados e abertos; celebração de adesões colectivas e adesões individuais; elaboração dos relatórios de gestão e reuniões periódicas com os clientes; gestão do investimento imobiliário directo e indirecto existente nas diferentes carteiras sob gestão. A CGD Pensões é composta por 7 elementos, sendo a responsável a Dr.<sup>a</sup> Marta Magalhães.

A CGD Pensões, através da subcontratação de serviços, passou a utilizar as equipas integradas transversais a toda a gestão de activos: Função Investimento (Direcção de Investimento Directo – DID, e Direcção Soluções de Investimento - DSI); Função Administrativa (Direcção Administrativa e Financeira – DAF e Direcção de Backoffice Imobiliário - DBI); Função Comercial (Direcção de Negócio e Inovação - DNI); Função Compliance e de Risco (Direcção de Supervisão e Controlo - DSC), Função de Suporte (Direcção de Recursos Humanos – DRH, e Meios e Direcção de Informação e Tecnologia - DIT); Função Avaliação de Performance e Controle de Risco assegurada pela DGR – Direcção de Gestão de Risco - estrutura da Caixa Geral de Depósitos formalmente independente da holding da gestão de activos.

Em termos da função actuarial, a CGD Pensões também subcontratou os serviços a três entidades externas, dispondo, actualmente, de três actuários responsáveis.

## Informação Sobre os Órgãos Sociais - triénio 2008/2010

### Órgãos Sociais - triénio 2010/2012

A Mesa da Assembleia Geral é composta pelos seguintes membros:

Presidente	Dr. Pedro Manuel de Oliveira Cardoso
Secretário	Dr. Hernâni da Costa Loureiro
Secretário	Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

A composição do **Conselho de Administração** para o mandato actual (triénio 2010/2012) é a seguinte:

<u>Presidente</u>	Dr. João Eduardo de Noronha Gamito de Faria
<u>Vice-Presidente</u>	Dr. Henrique Pereira Melo
Vogal	Dr. António Francisco Araújo Pontes
Vogal	Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
Vogal	Dr. António Manuel Gutierrez Caseiro

O **Fiscal Único** é a Deloitte & Associados, SROC, representada pela Dr.<sup>a</sup> Maria Augusta Cardador Francisco e o suplente o Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro.

A composição da **Comissão de Vencimentos** é a seguinte:

Membro	Dr. Vitor José Lilaia da Silva
Membro	Dr. Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço

### **Informação sobre os membros do Conselho de Administração**

#### João Eduardo de Noronha Gamito de Faria

Primeira designação para o cargo de presidente do Conselho de Administração em 27/12/2002. O mandato actual diz respeito ao triénio 2010/2012.

Licenciado em Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa.

Membro do Conselho de Administração da Caixa Seguros (desde 2008). Presidente da Comissão Executiva (C.E.O.) da Caixa Gestão de Activos (desde 2001) e em consequência, presidente do Conselho de Administração da Caixagest, da Fundimo, SGFII e da CGD Pensões, SGFP.

Administrador (C.F.O) da área seguradora do Grupo Fidelidade Mundial (2000-2008) e da Império Bonança (2005-2008). Membro do Conselho de Administração da Mundial-Confiança (desde 1995). Membro do Conselho de Administração da IPE Capital. Presidente do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (1989-1994). Membro do Conselho de Administração da Fundação de Oeiras (1986-1989)

Data de nascimento: 21 de Fevereiro de 1955.

Henrique Pereira Melo

Primeira designação para o cargo de vice-presidente do Conselho de Administração em 01/06/2006. O mandato actual diz respeito ao triénio 2010/2012.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa.

Membro do Conselho de Administração da Sogrup - Serviços Administrativos. Vogal da Comissão de Vencimentos do Banco Nacional Ultramarino, da Caixa - Banco de Investimento, da Caixa - Gestão de Activos, da Caixa Capital, da Caixa Seguros e Saúde, da Caixagest, da Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, da Fundimo, da Império Bonança e da Sogrup SI. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos desde 1977.

Data de nascimento: 23 de Outubro de 1946

António Francisco Araújo Pontes

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 8/1/2003. O mandato actual diz respeito ao triénio 2010/2012.

Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Pós-graduado em Economia Europeia.

Vice-Presidente da Comissão Executiva da Caixa Gestão de Activos e do Conselho de Administração da Fundimo (desde 2009). Membro do Conselho de Administração da Caixagest (desde 2004), da CGD Pensões (desde 2003), da Caixa Patrimónios (2001-2003) e da Caixa Gestão de Activos (desde 2000). Membro do Conselho de Administração da Investil, SGFIM (1991-2001). Director Central do Banco Nacional Ultramarino (1989-2001). Membro do Conselho de Administração da Sogest (1987-1989). Responsável pelo escritório de representação do BNU em Hong-Kong (1986-1989). Membro do Conselho de Administração da Sofidema - Sociedade Financeira para o Desenvolvimento de Macau (1984-1989). Director Financeiro do Banco Nacional Ultramarino - Macau (1983-1989). Técnico do Departamento de Estrangeiro do Banco de Portugal (1980-1983).

Data de nascimento: 6 de Setembro de 1949

Luís Miguel Saraiva Lopes Martins

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 22/3/2004. O mandato actual diz respeito ao triénio 2010/2012.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Pós-Graduado em Mercados e Activos Financeiros pelo Centro de Investigação de Mercados e Activos Financeiros do ISCTE.

Membro do Conselho de Administração da Caixagest, da Fundimo e da CGD Pensões (desde 2002). Director de Gestão de Activos do Barclays Bank, em Lisboa. Membro do Conselho de Administração da Mello Activos Financeiros, SGFIM e da Mello Activos Financeiros SGP. Director de Investimento da AF Investimentos, SGFIM. Director de Investimento da Tottafundos, SGFIM. Director de Research da Caixagest., Subdirector da Área de Investimento, na Gestifundo, SGFIM.

Data de Nascimento: 20 de Maio de 1965

Dr. António Manuel Gutierrez Caseiro

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 11/7/2007. O mandato actual diz respeito ao triénio 2010/2012.

Licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa.

Director Central da Direcção de Contabilidade, Consolidação e Informação Financeira (desde 2007) e da Direcção de Planeamento, orçamento e Controlo de Gestão (desde 2004). Colaborador da CGD desde 2000.

Data de Nascimento: 14 de Janeiro de 1955

**Número de reuniões do Conselho de Administração**

Durante o exercício de 2010 o Conselho de Administração teve 6 reuniões

**Informação sobre os membros dos restantes Órgãos Sociais****Mesa da Assembleia Geral**Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

Primeira designação para o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral em 31/3/2010. O mandato actual diz respeito ao triénio 2010/2012.

Licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa. Pós-graduado em Actuariado pela Universidade Católica Portuguesa. MBA em Finanças pela Universidade Católica Portuguesa.

Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos (desde 2008). Vice Presidente do Conselho de Administração do BNU Macau (desde 2010). Vogal do Conselho de Administração do Banco Efisa (desde 2009). Vogal do Conselho de Administração do Banco Português de Negócios (desde 2008). Presidente da Sogrup - Serviços Administrativos, S.A. (desde 2008). Administrador do Banco Caixa Geral de Espanha do Grupo CGD (2005 -2008). Administrador Executivo do Banco BEST (2004-2005). Director Central Adjunto da Direcção de Mercado de Capitais - Rendimento Fixo no BCP Investimento e membro da Alta Direcção do Banco Comercial Português (2000-2004). Membro do Conselho de Administração da BCP Dealer (1999-2000). Presidente da CISF Securities, Corretora do Grupo BCP, em Nova Iorque (1997-1999). Director Geral Adjunto na Sucursal do Banco Português do Atlântico em Nova Iorque (1996-1999). Director da Direcção de Planeamento e Marketing do Banco Cif (1995-1996). Director Adjunto na Direcção de Mercado de Capitais do Banco Cif (1993-1995). Sub-Director da Direcção Internacional do Banco Comercial Português (1989-1993). Técnico na Direcção Internacional do Banco Pinto & Sotto Mayor (1988-1989).

Data de nascimento: 2 de Julho de 1965

Hernâni da Costa Loureiro

Primeira designação para o cargo de Vice Presidente da Mesa da Assembleia Geral em 22/3/2001. O mandato actual diz respeito ao triénio 2010/2012.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa.

Consultor Jurídico da Associação Portuguesa de Bancos (desde 2006). Director na Caixa Geral de Depósitos (1986 -2005).

Data de Nascimento: 28 de Dezembro de 1944

#### Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Primeira designação para o cargo de Secretário da Mesa da Assembleia Geral em 22/3/2001. O mandato actual diz respeito ao triénio 2010/2012.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa. Pós-graduado em Direito e Gestão de Empresas pela Nova Fórum da Universidade Nova de Lisboa.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixanet, Caixatec, Fundimo, Gestinsua, Imocaixanjimo e Vale do Lobo). Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Participações, Gerbanca, Locarent, Parbanca e Sogrupu IV GI. Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Caixa BI, Caixagest, Cares, Cares RH, CGD Pensões, Sogrupu SA e da Sogrupu SI. Membro do Conselho de Administração da Bandeirantes SGPS e da Wolfpart SGPS. Membro da Comissão de Vencimentos da Imocaixa, Multicare, Sogrupu SA e Sogrupu IV GI. Vogal da Comissão liquidatária da Caixaweb e da Culturgest. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1980). Exerce advocacia em regime de profissão liberal (deste 1981).

Data de nascimento: 28 de Janeiro de 1952

### **Incompatibilidades dos membros do Conselho de Administração**

Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na sociedade e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração, decorrentes da integração em empresas do Sector Empresarial do Estado ou de quaisquer outras normas. Os membros do Conselho de Administração cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.

### **Avaliação de desempenho dos gestores executivos**

Considerando a forma como foi conduzida a administração da sociedade, o accionista propôs na última Assembleia Geral, um voto de confiança no Conselho de Administração e em cada um dos seus membros, para que prossigam os seus mandatos.

### **Incompatibilidades dos Membros do Conselho Fiscal**

Os membros do Conselho Fiscal não se encontram abrangidos pelas incompatibilidades do artigo 414-A do Código das Sociedades Comerciais (CSC), e a maioria dos seus membros são independentes, de acordo com a recomendação constante da carta circular do Banco de Portugal nº 24/2009/DSB e do artº 414 nºs 5 e 6 do CSC

## Revisor Oficial de Contas

### Fiscal Único

Deloitte & Associados, SROC, representada pela Dr.ª Maria Augusta Cardador Francisco

Primeira designação para o cargo de Fiscal Único em 22/3/2001. O mandato actual diz respeito ao triénio 2010/2012.

Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Revisora Oficial de Contas desde 1986.

É directora desde 1990 e sócia desde 1996 da entidade que veio dar lugar à Deloitte & Associados SROC. Exerce a actividade de auditoria, essencialmente em bancos, companhias de seguros e outras entidades financeiras, nomeadamente, gestoras de fundos e sociedades gestoras de participações sociais do grupo CGD e de outros grupos financeiros portugueses.

## Auditoria Externa

Das várias empresas participadas da Caixa Gestão de Activos SGPS S.A., apenas a Caixagest – Técnicas Gestão de Fundos S.A. tem Auditor Externo: Deloitte & Associados SROC, representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães.

## Meios de salvaguarda da independência dos auditores

Não aplicável.

## Secretário da Sociedade

Não aplicável.

## Comissões Especializadas - Comissão de Vencimentos

A Comissão de Vencimentos nomeada pela Assembleia Geral para fixar as remunerações dos membros do Conselho de Administração da CGD Pensões tem a seguinte composição:

Victor José Lilaia da Silva

Primeira designação para o cargo de membro da Comissão de Vencimentos em 22/3/2004. O mandato actual diz respeito ao triénio 2010/2012.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Curso Avançado de Gestão Bancária no Instituto de Formação Bancária.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral dos Hospitais Privados de Portugal SGPS, HPP Centro, HPP Norte, Sogrupos - Serviços Administrativos, Sogrupos - Sistemas de Informação, Sogrupos IV - Gestão de Imóveis. Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Seguros e Saúde SGPS. Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Promotora SCR, do Banco Comercial Atlântico, da

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde. Membro do Conselho de Administração da Bandeirantes, SGPS, da Caixa - Participações, da Caixa Geral de Depósitos - offshore de Macau, da Floresta Atlântica, SGFII, da Gerbanca, da Imocaixa - Gestão Imobiliária, da Parbanca (Zona Franca da Madeira) e da Parcaixa. Vogal da Comissão Liquidatária da Caixaweb e da Culturgest. Vogal suplente do Conselho Fiscal do Banco Interatlântico. Presidente da Comissão de Vencimentos da Esegur. Vogal da Comissão de Vencimentos do Banco Nacional Ultramarino, da Caixa - Banco de Investimento, da Caixa - Gestão de Activos, da Caixa Capital, da Caixa Leasing e Factoring, da Caixa Seguros e Saúde, da Caixagest, da Caixatec, da CGD Pensões, da Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, da Fundimo, da Imocaixa, da Império Bonança, Locarent, Margueira, Multicare, Sogrupos SA, Sogrupos SI, da Sogrupos IV - Gestão De Imóveis e do Tagusparque. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1979).

Data de nascimento: 23 de Agosto de 1955

#### Dr. Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço

Primeira designação para o cargo de membro da Comissão de Vencimentos em 30/3/2007. O mandato actual diz respeito ao triénio 2010/2012.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Pós-Graduação em Marketing pelo Instituto de Formação bancária.

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Bandeirantes. Presidente Conselho de Administração da HPP International Ireland Limited, da HPP International-Lux, SARL. Membro do Conselho de Administração da Caixa - Participações SGPS. Vogal (Suplente) do Conselho Fiscal da Caixa - Banco de Investimento. Membro da Comissão de Vencimentos da Caixatec-Tecnologias de Comunicação. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1988).

Data de nascimento: 17 de Novembro de 1959

### **Prevenção de conflitos de interesses**

A organização e gestão das actividades de intermediação financeira são realizadas por forma a que não ocorram conflitos de interesses entre os diferentes clientes abrangidos e as Direcções estão estruturadas de modo a garantir uma adequada segregação de funções de decisão, execução, registo e controlo dos investimentos realizados.

Para minimizar o risco de ocorrência de conflitos de interesses com membros do Conselho de Administração (CA) e os colaboradores, estão estabelecidas as seguintes normas:

Preenchimento de uma declaração individual, em que constem as situações susceptíveis de gerar conflitos de interesses que possam surgir devido a vínculos económicos.

Interdição de uso directo ou indirecto das informações obtidas através da Sociedade, em seu próprio benefício nem facilitá-la a quaisquer clientes ou terceiros. Estão ainda sujeitos ao segredo profissional e ao regime jurídico aplicável à informação privilegiada, as informações conhecidas por força do exercício da actividade de intermediação financeira.

Observância, em todas as suas actuações, do cumprimento das exigências éticas, morais e deontológicas e contribuição para o bom funcionamento e transparência dos mercados.

Adicionalmente, estão também estipulados critérios de resolução de potenciais conflitos de interesses com clientes, salvaguardando a prevalência dos interesses dos clientes e o respeito pelos princípios de equidade e de transparência.

## **REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

### **Política Remuneratória**

A Comissão de Vencimentos, em cumprimento do mandato que lhe foi atribuído pela Assembleia Geral, e tendo em consideração os objectivos definidos, delibera o valor das remunerações fixas dos administradores executivos e das variáveis de acordo com o desempenho económico da sociedade.

### **Estatuto Remuneratório fixado em 2010**

Não aplicável

### **Remunerações dos membros do Conselho de Administração**

Os administradores não são remunerados pela sociedade.

### **Remuneração do Revisor Oficial de Contas e do Auditor Externo**

Os custos relativos à remuneração dos serviços de revisão oficial de contas da CGD Pensões no exercício de 2010 foram de 8.094 euros. O Fiscal Único não foi remunerado no exercício de 2010 pelas suas funções de fiscalização.

## **SISTEMA DE CONTROLO**

### **Sistema de Controlo Interno**

A CGD Pensões dispõe de um Sistema de Controlo Interno que assegura o cumprimento da legislação e regulamentação.

### **Sistema de Controlo de Protecção dos Investimentos**

A CGD Pensões tem assegurado um sistema de gestão dos principais riscos a que os fundos estão sujeitos, através do acompanhamento contínuo da evolução da *performance* e de indicadores de risco, encontrando-se em desenvolvimento um sistema mais abrangente, tendo em linha de conta as novas normas regulamentares publicadas pelo Instituto de Seguros de Portugal. A Unidade de Controlo de Risco e Análise de Performance (UCR) que depende da DGR – CGD é

responsável pela análise dos resultados obtidos nas diferentes carteiras dos fundos em termos de rentabilidade e de risco, comparando-os com os objectivos de investimento.

## **DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE**

### **Representante para as Relações com o Mercado**

Não aplicável.

### **Divulgação de informação privilegiada**

Não aplicável.

### **Divulgação de informação relevante**

Não aplicável.

### **Divulgação de informação através do site da SEE**

Não aplicável.

### **Divulgação de informação sobre o Governo da Sociedade**

O presente Relatório de Bom Governo, que constitui um capítulo autónomo do presente Relatório e Contas, visa cumprir a Recomendação de incluir no Relatório de Gestão um ponto relativo ao governo da sociedade.

## **ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL**

### **Sustentabilidade económica, social e ambiental**

A Sociedade faz parte do Grupo CGD que, pela sua visão estratégica, ambiciona estar na primeira linha do Desenvolvimento Sustentável.

Ao nível ambiental destaca-se o Programa Caixa Carbono Zero 2010, programa estratégico da CGD para as Alterações Climáticas que visa contribuir para a redução do impacte ambiental das suas actividades, numa lógica de desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que procura induzir boas práticas junto dos seus colaboradores, Clientes, fornecedores e da sociedade em geral.

A oferta de produtos financeiros inovadores também evidencia a integração dos aspectos ambientais de uma forma transversal, nomeadamente através do:

- Fundo Especial de Investimento Caixagest Energias Renováveis, o primeiro fundo temático português de investimento socialmente responsável (iniciado em Outubro de 2005) com notação máxima de cinco estrelas atribuída pela Morningstar
- Fundos de Investimento Imobiliário para Arrendamento Habitacional Caixa Arrendamento e Caixa Imobiliário, fundos imobiliários criado com uma vertente social, para permitir que os agregados familiares em dificuldades económicas possam permanecer na sua habitação própria permanente, mediante a substituição do seu contrato de crédito à habitação por um contrato de arrendamento, ficando com o direito de exercício de uma opção de compra do imóvel em condições bem tipificadas e predefinidas.

## **NOMEAÇÃO DO PROVEDOR DO CLIENTE**

### **Provedor do cliente**

O provedor do cliente para os participantes de adesões individuais a Fundos de Pensões abertos é o Dr. Francisco Medeiros Cordeiro, sendo nomeado pela APFIPP em nome das suas associadas.

**RELATÓRIO E PARECER DO  
FISCAL ÚNICO**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### **Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Sociedade), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 que evidencia um total de 5.639.646 Euros e capitais próprios de 4.826.996 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.017.170 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

**Ênfase**

5. Conforme divulgado na Nota 2 do anexo às demonstrações financeiras, a Sociedade adoptou, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010, o Sistema de Normalização Contabilística, incluindo a correspondente estrutura conceptual, modelos de demonstrações financeiras e normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF”). No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas em Portugal, consubstanciadas no Plano Oficial de Contabilidade (“POC”), para as NCRF, a Sociedade seguiu os requisitos previstos na NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2009. Consequentemente, a informação de 2009, anteriormente apresentada de acordo com o POC, foi, para efeitos de comparabilidade, reexpressa de acordo com as NCRF (Nota 2).

Lisboa, 15 de Março de 2011



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Maria Augusta Cardador Francisco